

A GEOGRAFIA E SUAS INTERFACES: TECNOLOGIAS, POLÍTICAS E CULTURAS



Luciano da Silva Guedes
Eliseu Pereira de Brito
Benilson Pereira de Sousa
José Marcos Duarte Rodrigues
Organizadores

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFNT

César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Filipe Vieira de Oliveira
Mara Pereira da Silva
Ruy Ferreira Da Silva
Silene Ferreira Claro

COORDENAÇÃO DA EDUFNT

Carolina Galgane Lage Miranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

Reitor

Airton Sieben

Vice-reitor

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Kênia Ferreira Rodrigues

Pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional

Jeanne Alves de Almeida

Pró-reitor de Assuntos Estudantis

José Manoel Sanches da Cruz Ribeiro

Pró-reitora de Finanças e Execução Orçamentária

Clarete de Itoz

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Álvaro José da Silva Fonseca

Pró-reitor de Graduação

Braz Batista Vas

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Superintendente de Infraestrutura

Eroilton Alves dos Santos

Superintendente de Tecnologia da Informação

Fabiana de Andrade Bringel

Superintendente de Comunicação

Daianni Alves Parreira

Diretor do Centro de Ciências Integradas (Cimba) - CCI

Roberto Antero da Silva

Diretor do Centro de Ciências Agrárias - CCA

Rômulo Augusto Guedes Rizzardo

Diretor do Centro de Ciências da Saúde - CCS

Taides Tavares dos Santos

Diretor do Centro de Educação, Humanidades e Saúde- CEHS

Marco Aurélio Gomes de Oliveira

Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFNT

Meirilane Socorro Leocadio

Coordenação da Editora Universitária – EDUFNT

Carolina Galgane Lage Miranda

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Eliseu Pereira de Brito

**Luciano da Silva Guedes
Eliseu Pereira de Brito
Benilson Pereira de Sousa
José Marcos Duarte Rodrigues
Organizadores**

A GEOGRAFIA E SUAS INTERFACES: TECNOLOGIAS, POLÍTICAS E CULTURAS



Tocantins

2026



Criação Editora

Aracaju

Copyright © Organizadores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos organizadores.

G9241g Guedes, Luciano da Silva; Brito, Eliseu Pereira; Sousa; Benilson Pereira de; Rodrigues, José Marcos Duarte (Org.)

A geografia e suas interfaces: tecnologias, políticas e culturas. Luciano da Silva Guedes; Eliseu Pereira de Brito; Benilson Pereira de Sousa e José Marcos Duarte Rodrigues (Organizadores). Livro Digital. Aracaju, SE: Editora Criação; Araguaína, TO: Editora da Universidade Federal do Tocantins, 2026.

144 p., 5 Mb, ilustrado, colorido, 21 cm.

Inclui bibliografia.

Ebook

ISBN 978-65-85612-71-5

1. Geografia 2. Cultura 3. Política 4. Sociedade 5. Universidade Federal do Norte do Tocantins. I. Título II. Luciano da Silva Guedes (Org.) III. Eliseu Pereira de Brito (Org.) IV. Benilson Pereira de Sousa (Org.) V. José Marcos Duarte Rodrigues (Org.) VI. Assunto

CDU 91:004:32:008 (817.3)

Local de Realização

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Centro de Ciências Integradas (CCI)

Auditório do Anfiteatro

Laboratório de Ensino de Cartografia e Estudos do Território (LECET)

Laboratório de Análise e Dinâmica Socioambiental (LABGESOL)

Laboratório de Geografia (LABGEO)

Diagramação: Adilma Menezes

Ilustrações: AELITTA / Istock

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Claudia T. Stocker – CRB 5/1202

Revisão: Organizadores

Comissão Científica

Antonia Marcia Duarte Queiroz, Atácida Carlos dos Santos, Benilson Pereira de Sousa, Elias da Silva, Eliseu Pereira de Brito, Erasmo Carlos de Lima Conceição, Jeferson Muniz Alves Gracioli, Luciano da Silva Guedes, Luciano Laurindo dos Santos, Thayslloranny Batista Reinaldo, Vanessa Lessio Diniz

Conselho Editorial da Criação Editora

Ana Maria de Menezes, Christina Bielinski Ramalho, Fábio Alves dos Santos, Gilvan Rodrigues dos Santos, Ítalo de Melo Ramalho, Jorge Carvalho do Nascimento, José Afonso do Nascimento, José Eduardo Franco, José Rodorval Ramalho, Justino Alves Lima, Luiz Eduardo Oliveira, Martin Hadsell do Nascimento, Rita de Cácia Santos Souza



Apresentação

Este livro é fruto de um trabalho coletivo, envolvendo professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT. Com uma coletânea envolvente de 09 capítulos, apresenta-se inúmeras pesquisas desenvolvidas pelo PPGEO, um programa jovem, que com bastante entusiasmo, vem demonstrando resultados satisfatórios. Este livro representa uma vitória nesse sentido.

No primeiro capítulo, apresenta-se um estudo sobre as paisagens simbólicas, e sua repercussão na arte, não é algo recente na Geografia. É resultante de um projeto de pesquisa denominado “As formas simbólicas e o espaço de representação: a forma significativa do espaço”, no qual nos debruça-se sobre as imagens produzidas do espaço. Tal projeto é desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

No capítulo seguinte, discute-se o conceito de paisagem na ciência geográfica. Para tanto, organizaram-se as discussões desde as noções iniciais sobre esse conceito até as concepções mais recentes, consoante as linhas ou escolas geográficas, apresentando as concepções de diferentes autores.

Posteriormente, no terceiro capítulo, apresenta-se considerações sobre o estudo do espaço religioso como manifestação simbólica, a partir das manifestações devocionais no Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto, Maranhão.

O quarto capítulo, analisa as transformações espaciais e territoriais do Povoado Bela Vista, localizado no município de São

Miguel do Tocantins, analisando como essa área rural adquire características híbridas que desafiam as classificações dicotômicas convencionais entre rural e urbano. O objetivo principal é compreender as lógicas locais como fatores fundamentais na (re) produção do espaço do Povoado Bela Vista, com foco nos processos de re-configuração espacial que criam territorialidades híbridas entre as áreas rural e urbana.

No quinto capítulo, estuda-se a relação cidade-campo, visando compreender essa relação, analisa-se essa relação no município de Sobral, estado do Ceará. A Cidade exerce uma importância regional significativa desta sua formação como vila.

Posteriormente, no sexto capítulo, analisa-se como as pessoas da comunidade Tauiry percebem a escola, a educação formal na comunidade e se há uma articulação das práticas educativas formal com a realidade ribeirinha na atualidade. A comunidade Ribeirinha Tauiry, localizada no município de Itupiranga, sudeste do estado do Pará, é um exemplo do processo histórico amazônico de disputas territoriais envolvendo povos tradicionais e atores com aporte de capitais nacionais e estrangeiros.

O capítulo seguinte, tem como objetivo realizar uma leitura crítica do programa Boti Recicla, do já citado Grupo Boticário, a partir de uma revisão de literatura que articule as dimensões técnicas, espaciais e socioambientais da iniciativa. Busca-se compreender como esse programa de logística reversa dialoga com os desafios da sustentabilidade urbana, com a educação ambiental e com os conceitos de tecnosfera e psicosfera, à luz da teoria geográfica de Milton Santos. Além disso, propõe-se refletir sobre a percepção social dessas práticas no contexto local, especialmente em cidades como Araguaína.

Posteriormente, analisa a utilização dessas ferramentas no Projeto de Assentamento Amigos da Terra, localizado em Darcinópolis-TO, com a finalidade de compreender de que maneira a

implementação dessas tecnologias pode contribuir para um ordenamento territorial mais eficaz e participativo.

No último capítulo, parte do argumento de que a nomeação dos seringais e colocações ao longo do rio Macauã, no estado do Acre, expressa a profunda relação que as comunidades extrativistas estabeleceram com o ambiente amazônico. Mesmo diante das intensas mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas, incluindo a substituição do extrativismo da borracha por atividades agropecuárias e de monoculturas, os nomes atribuídos aos lugares persistiram como marcas identitárias e memoriais na paisagem.

Luciano Laurindo dos Santos

Araguaína, 14 de novembro de 2025



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. A paisagem simbólica: um estudo da obra de Vincent van Gogh pela “iconologia da paisagem”, de Denis Cosgrove.....	11
<i>Jean Carlos Rodrigues</i>	
2. Evolução do conceito de paisagem na ciência Geográfica	25
<i>José Marcos Duarte Rodrigues</i>	
<i>Simone Ferreira Diniz</i>	
<i>Eduardo Rodrigues Viana de Lima</i>	
3. Geografia e Religião: a devoção religiosa no Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto (MA).....	36
<i>Henrique Martins da Silva</i>	
<i>Jean Carlos Rodrigues</i>	
4. Redefinições espaciais do Povoado Bela Vista em São Miguel do Tocantins.....	48
<i>Bernardo Edberg Ribeiro Pereira</i>	
<i>Eliseu Pereira de Brito</i>	
5. A relação campo-cidade em uma cidade média: olhares a partir de Sobral, Ceará	63
<i>Thaysslorranny Batista Reinaldo</i>	
<i>Virginia Célia Cavalcante de Holanda</i>	

6. Entre rio e saberes: educação e território ribeirinho	76
<i>Joana D'arc Dias Cunha</i>	
<i>Luciano Laurindo dos Santos</i>	
7. Uma leitura do programa de reciclagem Boti Recicla do Grupo Boticário	85
<i>Areta Elen Silva Pimenta</i>	
<i>Elias da Silva</i>	
8. Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial: um estudo a partir do projeto de assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis - Tocantins	102
<i>Cayo Cesar Gregorio da Costa e Silva</i>	
<i>Eliseu Pereira de Brito</i>	
9. O lugar e seu nome: sentidos culturais e territoriais nos seringais do rio Macauã, Acre	113
<i>Airton de Mesquita Silva</i>	
<i>Willian Carboni Viana</i>	
<i>Luiz Antonio Pacheco de Queiroz</i>	
Sobre os autores	137





A paisagem simbólica: um estudo da obra de Vincent van Gogh pela “iconologia da paisagem”, de Denis Cosgrove

Jean Carlos Rodrigues

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0000-0002-9733-1302>

Introdução

O estudo sobre as paisagens simbólicas, e sua repercussão na arte, não é algo recente na Geografia. Denis Cosgrove, por exemplo, foi um pesquisador que dedicou boa parte de seus estudos e de suas publicações a debates sobre essa abordagem a respeito da categoria paisagem. Além dele, outros pesquisadores, como Giuliana Andreotti (2013), também abordaram a categoria paisagem como mobilizadora de elementos simbólicos que permitiram e possibilitaram um amplo leque de estudos na ciência geográfica no tocante aos significados e sentidos impregnados no espaço representado.

Neste artigo, procuramos nos embasar, principalmente, nas reflexões teóricas e metodológicas propostas por Cosgrove em seus estudos e publicações sobre a “iconologia da paisagem”, a fim de demonstrar a perspectiva simbólica da paisagem elaborada nas pinturas das paisagens do pintor holandês Vincent van Gogh.

Para este estudo, selecionamos duas telas de Van Gogh, uma do ano de 1885 e outra do ano de 1888, para mostrar não apenas as mudanças de estilo do artista em um curto período de tempo,

mas também o quanto a elaboração de paisagens por Van Gogh está relacionada com as diferentes fases da vida do pintor, o que implica considerarmos os espaços e as experiências dessas fases vivenciadas por ele como produtoras de sentidos – inclusive espaciais.

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa denominado “As formas simbólicas e o espaço de representação: a forma significativa do espaço”, no qual nos debruçamos sobre as imagens produzidas do espaço. Tal projeto é desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e tem sido referência para a elaboração de pesquisas de (i) Iniciação Científica (IC) com estudos já desenvolvidos sobre obras de Vincent van Gogh, Tarsila do Amaral e Emiliano “Di Cavalcanti”; (ii) e de dissertações de mestrado sobre as obras de Rosana Paulino e sobre grafites e pichações nos centros urbanos.

Denis Cosgrove: notas sobre o geógrafo e a paisagem

Denis Cosgrove foi um geógrafo inglês que nasceu em maio de 1948 (Inglaterra) e faleceu em março de 2008 (Estados Unidos). De acordo com Correa (2014, p. 38), “[Denis] Cosgrove constitui um dos mais importantes autores da denominada nova geografia cultural, que começa a emergir na segunda metade da década de 1970 e ganha força a partir dos anos [19]90”. Ainda conforme o mesmo autor, Cosgrove concluiu seu mestrado em Toronto (Canadá) no ano de 1971 e seu doutorado em Oxford (atual Oxford Brookes University) em 1976 (Inglaterra).

Para Correa (2014), a importância de Cosgrove para o pensamento geográfico corresponde a cerca de 30 anos de pesquisas e publicações do geógrafo inglês, dada sua morte prematura em 2008. Isso significa que “[...] a obra de Cosgrove está ainda para ser avaliada” (Correa, 2014, p. 38). Entretanto, isso não inviabili-

za considerar Denis Cosgrove um importante geógrafo cultural inglês cujos estudos sobre o significado da paisagem mobilizaram importantes referências para a elaboração de seu pensamento.

Ainda segundo Correa (2014, p. 39), “[...] a formação de Cosgrove assenta-se em inúmeras fontes que foram por ele reelaboradas. A perspectiva dos significados advém de autores como [John] Ruskin, [Ernst] Cassirer e [Erwin] Panofsky [...], assim como de Raymond Williams”. Além desses referenciais, Cosgrove também dialogava com as perspectivas da cultura apoiado em Stuart Hall e Clifford Geertz, por exemplo.

Esse amplo diálogo elaborado por Cosgrove com relação ao significado da paisagem em seus estudos o levou a considerar a importância da cultura na vida social. Para Correa (2014, p. 40), esse feito fez com que Cosgrove considerasse a cultura “[...] como os significados elaborados e reelaborados pelos diferentes grupos sociais a respeito das diversas esferas da vida. Significado é a palavra-chave”. Denis Cosgrove incorporou em suas abordagens de pesquisa a dinâmica do significado das formas e das representações na paisagem, como os estudos realizados na Itália, por exemplo, acerca da paisagem palladiana.

Também de acordo com Correa (2014, p. 41), “Cosgrove enfatiza a experiência que se pode ter da paisagem, possibilitando a criação de significados. A paisagem não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo”. Dessa forma, Cosgrove atribuiu aos estudos da paisagem a dimensão do significado, do simbólico e da experiência, a tríade que mobilizaremos, baseados nessa perspectiva cosgroveana, para abordar as pinturas de Vincent van Gogh como paisagens simbólicas.

A pintura, para Cosgrove, é um meio de representar a paisagem, na medida em que a produção artística mobiliza sentidos,

significados e ideologias capazes de elaborar uma forma de ver, de perceber e de representar do espaço. Nesse contexto, a pintura reelabora perspectivas de percepção do espaço que estão contidas na forma como esse espaço está representado na paisagem enquanto aquilo que aparece na tela. Para Afonso (2022, p. 35), Cosgrove elabora uma “[...] leitura da paisagem como elo metafórico, emblemático e figurativo a partir da forma simbólica da arte (sob a perspectiva de Cassirer e Panofsky), [que] trouxe um fôlego novo para suas discussões, em especial ao que tange as representações pictóricas”.

Assim, concordamos com Correa (2014) quando afirmou que a geografia e os estudos da paisagem elaborados por Denis Cosgrove foram de grande importância para o pensamento geográfico da segunda metade do século XX. Isso porque, conforme Correa (2014) destaca, Cosgrove escreveu e apresentou interpretações centradas no significado, no simbolismo e na experiência na/da paisagem na década de 1970, um importante momento de mudanças paradigmáticas dessa ciência, que vivenciou a ascensão da geografia de base crítica/marxista, mas também de uma geografia apoiada na perspectiva cultural/humanística, como destacado por Gomes (2000).

Isso confere ao geógrafo cultural a possibilidade de atribuir os sentidos e significados das formas materiais e das formas simbólicas daquilo que compõe a paisagem estudada. Os resíduos materiais que ainda permanecem na paisagem podem revelar modos e tipos de produções materiais e simbólicas de um período pretérito, mas que tiveram formas, usos e funções ressignificados no tempo e no espaço. Nesse sentido, a dimensão simbólica da paisagem também é um caminho interpretativo das diferentes relações sociais, políticas e econômicas que conformaram o espaço geográfico em diferentes contextos temporais e espaciais.

Conforme enunciado por Correia (2011, p. 16), “[...] como geógrafo, Cosgrove tinha nas imagens, enquanto representações iconográficas, cartográficas, por meio de pinturas, fotografias e imagens de satélite, assim como da paisagem cultural, verdadeiras e ricas fontes de pesquisa e reflexão”. As pinturas de Vincent van Gogh abordando suas paisagens simbólicas – que serão nossa fonte de pesquisa para este artigo – inserem-se como pinturas de paisagens que manifestam o simbolismo na sua elaboração e significação daquilo que aparece na tela e dialoga com nossas percepções acerca da paisagem simbólica.

De qualquer modo, essas pinturas de paisagens, simbólicas em sua essência, mostram que a criação artística se manifesta enquanto um produto cultural de seu tempo, mas cuja pregnância simbólica (Cassirer, 2005) constitui uma narrativa permanente e presente na vida social contemporânea. Assim, tais representações adquirem uma dimensão social, cultural, histórica e geográfica relevante para se pensar o seu tempo de criação, sem deixar de correlacioná-la com o tempo da recepção, que transcende o espaço-tempo da obra-em-obra. Ou seja, a obra tem um espaço-tempo específico, mas o mesmo não acontece com a repercussão e a recepção da pintura.

Sendo assim, a manifestação artística da paisagem carrega consigo uma dimensão simbólica capaz de conformar existências e de manifestar percepções espaciais manifestadas a partir da criatividade promotora de sentidos e significados nas telas retratadas. Esse fenômeno ganha corpo e sentido, sobretudo, a partir do século XV no Renascimento Europeu, e a paisagem se manifesta, inicialmente, mais como arte do que como objeto científico. Essa aproximação entre arte e geografia já foi muito significativa; por exemplo, nos relatos de viagem de Alexander Humboldt no século XIX, a pintura de paisagem era a única alternativa naquele contexto para elaborar uma imagem dos elementos morfológicos observados em campo.

Na concepção de Correa (2011, p. 12), apoiado nos estudos de Denis Cosgrove, “[...] a paisagem deve ser considerada como ‘um modo de ver’, associado às transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas do século XVI e do início do século XVII”. Dessa maneira, a ideia de paisagem transcende o aparente, o visível, e se projeta sobre as perspectivas significantes da paisagem, contribuindo, assim, com uma forma de representar e, ao mesmo tempo, de pensar-o-mundo e de pensar-sobre-o-mundo, uma vez que, a partir da produção simbólica da paisagem na pintura, se observa que muitos elementos constantes nas telas conformam as dimensões política, econômica, social e cultural de seu tempo de produção.

De acordo com Carvalho (2017, p. 89), por sua vez, “[...] um dos grandes temas cosgroveanos, a paisagem, a partir das conquistas mercantis europeias e das perspectivas filosóficas e artísticas renascentistas, ascendeu como uma maneira do europeu ver, configurar e conformar cosmologicamente e ideologicamente o mundo que o cerca”. Na proposta desenvolvida por Cosgrove, as paisagens podem ser “lidas” em camadas, cada uma abordando perspectivas significativas inerentes à própria paisagem.

A paisagem, enquanto imagem produzida, se apresenta a quem observa uma pintura, por exemplo. Entretanto, tais imagens estão carregadas de sentidos, significados e discursos que versam sobre um ponto de vista capaz de representar e ver o espaço. Segundo Marquez (2006, p. 1), “[...] toda imagem é discurso, pois é o mundo praticado, a práxis do sujeito no mundo. As imagens são sempre pontos de vista, fragmentos de um todo que não existe independente de nós”.

Vincent van Gogh: o artista e as paisagens simbólicas

Vincent van Gogh é atualmente reconhecido como um dos artistas de maior expressão da pintura ocidental do século XIX. Há um consenso entre os especialistas em reconhecer sua obra como pós-impressionista, embora o artista nunca tenha se preocupado com isso. Van Gogh não teve, em vida, todo o reconhecimento que possui atualmente: há referências ao fato de que o pintor holandês vendeu um único quadro em seus 37 anos de vida – por um preço irrisório, comparado ao valor cultural, simbólico e monetário que suas obras alcançam atualmente.

Vincent van Gogh nasceu em Zundert (Holanda) em 1857 e faleceu aos 37 anos em Auvers-sur-Oise, na França, em 1890. Era filho de Theodorus van Gogh e Anna Cornelia Carpentus. Apesar da pouca idade, esteve em vários países europeus (Holanda, Bélgica, Inglaterra, França) e falava fluentemente pelo menos três idiomas: holandês, inglês e francês. Van Gogh, antes de se dedicar integralmente à arte como o que ele considerava uma vocação, desenvolveu diversas atividades (pastor, vendedor, professor de idioma), até que, com o apoio financeiro e material de seu irmão mais novo, Theo van Gogh, pôde se dedicar à pintura. Além de Theo, Vincent tinha mais um irmão (Cor) e três irmãs (Anna, Elisabeth e Willemien) e um irmão natimorto (Vincent van Gogh), que nasceu um ano antes dele e recebeu o mesmo nome que Vincent.

Neste artigo, destacamos dois períodos da arte de Van Gogh: (i) o período holandês e (ii) o período francês, ambos caracterizados por eventos significativos, tanto na vida quanto na obra do artista holandês. Foi no período holandês que ele pintou *Os Comedores de Batata* (1885), além de ter se dedicado a retratar o cotidiano dos camponeses, dos mineiros, dos tecelões, dentre outros trabalhadores. E foi no período francês que pintou *A Casa Amarela* (1888),

além de outras obras de referência, como aquelas que retratam os girassóis, as noites estreladas e os cafés arlesianos.

Para este estudo, selecionamos duas pinturas de Vincent: Os Comedores de Batata, de 1885, e A Casa Amarela, de 1888.

Os Comedores de Batata (1885), Neunen (Holanda)

O quadro Os Comedores de Batata (1885) possui um significado muito especial na pinacoteca de Van Gogh: ele integra a primeira fase de pinturas do artista (fase holandesa), ainda com influência dos trabalhos realistas tanto do pintor Jean-François Millet (1814-1875) quanto do escritor Emile Zola (1840-1902) e foi produzido no ano de 1885 em homenagem aos camponeses de Nuenen (Holanda), os quais o artista acompanhava diariamente, tanto em suas atividades laborais durante o dia quanto nos momentos privados em suas residências, à noite.

Van Gogh tinha um apreço muito especial por esses trabalhadores, o que revela em uma carta a Theo, apresentando-lhe a obra: “[...] a pintura da vida dos camponeses é coisa séria, e no que me diz respeito, eu me censuraria se não tentasse fazer quadros de tal forma que provoquem sérias reflexões nas pessoas que pensam seriamente na arte e na vida” (Van Gogh, 2015, p. 134, Carta nº 404). O referido pintor considerava-se um deles e buscava lhes atribuir um quadro justamente no momento em que a arte do período os negligenciava como pessoas dignas de representação.

A pintura A Casa Amarela (1888), de Vincent van Gogh, pode ser abordada como uma paisagem de significados que conformaram a existência do artista em sua fase francesa vivenciada em Arles, uma terra de vivências de intensas emoções do artista holandês. O quadro A Casa Amarela se situa entre o desejo e a frustração de Van Gogh em vários aspectos, por exemplo: o desejo

de montar sua escola colorista e a frustração de convivência com Paul Gauguin. Mas não só: podemos compreender a tela também como uma paisagem de vivências de alegria e de dor: a alegria de ter retratado Madame Ginoux quando ela posava para Paul Gauguin e a dor da automutilação da orelha, com consequências que o levaram a se retirar de Arles, da Casa Amarela.

Figura 1: Os Comedores de Batata



Vincent van Gogh. *Os Comedores de Batata* (1885). Óleo sobre tela, 82cm x 114cm. Van Gogh Museum (Vincent van Gogh Foundation), Amsterdã (Holanda).
A Casa Amarela (1888), Arles (França)

Nas perspectivas apontadas, A Casa Amarela, abordada como paisagem, expressa a existência do artista holandês pelas emoções vivenciadas e significa um espaço de desejo/frustração e alegria/dor que adquire imortalidade na pintura de Van Gogh, mesmo que a construção material não tenha resistido aos conflitos militares do início do século XX. Mas essa destruição não implica esquecimento: para o artista, “[...] os pintores, estando mortos e

enterrados, falam à geração seguinte ou a várias gerações seguintes por suas obras” (Van Gogh, 2015, p. 212, Carta nº 506).

Figura 2: *A Casa Amarela*



Vincent van Gogh. *A Casa Amarela* (1888). Óleo sobre tela, 72cm x 91,5cm. Van Gogh Museum (Vincent van Gogh Foundation), Amsterdã (Holanda).

A partir das considerações apontadas, quando compreendemos a obra no contexto do artista, consideramos uma paisagem simbólica por meio da forma – no sentido cassireriano da estruturação dos sentidos e significados ali permanentes na expressão do ser-artista. Ainda que ausente, Van Gogh fala conosco. Suas obras *Os Comedores de Batata* e *A Casa Amarela* são representações de paisagens elaboradas a partir de vivências que significaram a vida do artista – seja em Nuenen (Holanda), seja em Arles (França) – e que expressavam o sentido e a experiência-de-ser de Vincent van

Gogh. Ou seja, foi necessário um movimento de sair-da-obra para retornar-à-obra, uma vez que, segundo Novaes (2013, p. 57), referindo-se aos argumentos de Gombrich (1986) e Ginzburg (1989), “[...] a imagem artística é, para Gombrich, uma ‘mensagem particular, que pode ser entendida pelo espectador na medida em que conhece as alternativas possíveis, o contexto linguístico em que se situa a mensagem’ (GINZBURG, 1989: 76)”.

A partir das pesquisas realizadas para a escrita deste artigo, consideramos dizer que Denis Cosgrove organizou sua própria iconologia, a “iconologia da paisagem”, para os estudos das paisagens simbólicas, por meio de suas pesquisas sobre imagens dos espaços (pinturas, mapas, fotografias). A proposta cosgroveana está apoiada nos trabalhos elaborados por Erwin Panofsky (iconografia e iconologia) e Ernst Cassirer (formas simbólicas), mas adquiriu dimensão relevante ao incorporar em seus trabalhos recursos analíticos que permitissem ao geógrafo inglês construir uma iconologia aplicada à geografia (mapas, imagens de satélite, pinturas de paisagens, arquitetura espacial), a partir da dimensão do simbólico, dos sentidos e dos significados que tais imagens do espaço podem comunicar enquanto linguagem e texto a serem decodificados e interpretados pelos geógrafos.

Considerações Finais

Consideramos que as abordagens teóricas e metodológicas elaboradas por Denis Cosgrove a respeito da paisagem simbólica têm apresentado contribuições significativas para o fazer geográfico. Além de teses e dissertações, artigos e livros têm sido publicados com resultados de pesquisas que envolvem diversos temas – como fotografia, cinema e pintura na geografia –, possibilitando olhares distintos sobre a espacialidade social, para além da perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, por exemplo.

No caso específico referente a este artigo, o olhar cosgroveano sobre a paisagem simbólica e o modo-de-fazer tais abordagens sobre a categoria paisagem contribuíram para que pudéssemos observar e analisar as telas de Vincent van Gogh para além do encanto que provocam e da genialidade que surpreende seus observadores. Assumindo a perspectiva teórica de Cosgrove da “iconologia da paisagem” como fazer-metodológico da análise, essa condição nos provocou a investigar o que estava nas telas, mas não aparecia nas tintas de modo aparente.

Quanto à ciência geográfica, concordamos quando Correa (2014) mencionou – em uma publicação citada neste artigo – que a obra de Cosgrove ainda está para ser testada e avaliada. Mas, pelo que temos visto até o momento em pesquisas e artigos publicados a respeito de tal obra, se torna possível compreender que as contribuições de Cosgrove são de grande importância para essa ciência, na medida em que possibilitam um olhar simbólico sobre a vida no/do espaço social que produz representações do espaço em vários aspectos, inclusive na pintura.

Por fim, ao conciliarmos Denis Cosgrove e Vincent van Gogh, reconhecemos que essa aproximação enriquece o debate e o fazer geográfico por direcionar nosso olhar para os espaços de cor e genialidade do artista holandês que “fez aparecer” uma paisagem que nos surpreende pela dimensão simbólica que ela faz emergir em nossos olhares de observadores.

Referências

ANDREOTTI, G. **Riscontri di geografia culturale**. 2. ed. Trento: Editora Valentina Trentini, 2008.

ANDREOTTI, G. **Paisagens Culturais**. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

CARVALHO, J. L. de. Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 87-97, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12983>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o Homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORREA, R. L. Denis Cosgrove: a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, n. 29, p. 7-21, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3528>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CORREA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. **Espaço Aberto**, v. 4, n. 1, p. 37-46, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431>. Acesso em: 7 ago. 2024.

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e Cultura**, n. 5, p. 1-27, 1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6313>. Acesso em: 7 ago. 2024.

COSGROVE, D. **Il paesaggio palladiano**. La trasformazione geografica e le sue rappresentazione culturali nell'Italia del XVI secolo. Verona, 2000.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MARANDOLA JR., E. Humanismo e arte para uma geografia do conhecimento. **Geosul**, v. 25, n. 49, p. 7-26, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v25n49p7>. Acesso em: 7 ago. 2024.

MARQUEZ, R. M. Arte e Geografia. In: FREIRE-MEDEIROS, B.; COSTA, M. H. B. e V. da (Orgs.). **Imagens Marginais**. Natal: EdUFRN, 2006. p. 01-08. Disponível em: <http://www.geografiaportatil.org/files/arte-e-geografia.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

NAIFEH, S.; SMITH, C. W. **Van Gogh**: a vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOVAES, A. R. Geografia e História da Arte: apontamentos para uma crítica a iconologia. **Espaço e Cultura**, n. 33, p. 43-64, 2013. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/8466>. Acesso em: 7 ago. 2024.

PEREIRA, C. J.; GIL FILHO, S. F. Geografia da Religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de lócus material e conformação simbólica. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 1, p. 35-50, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/18760>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TORRES, M. A. As formas simbólicas e a paisagem. In: GIL FILHO, S. F.; SILVA, M. A. S. da; GARCIA, R. R. **Ernst Cassirer**: Geografia e Filosofia. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR, 2019. p. 308-334.

VAN GOGH, V. **Cartas a Theo**. Porto Alegre: LPM, 2015.

WALTHER, I. F.; METZGER, R. **Van Gogh**: obra completa de pintura. Köln, 2015.



Evolução do conceito de paisagem na ciência Geográfica

José Marcos Duarte Rodrigues.

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA,

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5853-453X>

Simone Ferreira Diniz.

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8359-5553>

Eduardo Rodrigues Viana de Lima.

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1116-9090>

Introdução

Vários autores propuseram divisões temporais para compreender a evolução do conceito de paisagem na ciência geográfica, destacam-se: Rougerie e Beroutchatchvili (1991); Antrop (2013); Barreiros (2017); Rodrigues, Silva e Figueiró (2019); Salinas Chávez et al. (2019), dentre outros. Cada autor segue uma linha temporal de acordo com diferentes critérios.

Em consonância, ambos os autores partem do surgimento das primeiras noções de paisagem até as concepções mais recentes. Em tais concepções, percebe-se a paisagem como representação filosófica e social, em que uma sociedade, mediante a sua cultura e intencionalidade, imprime-lhe particularidades de um determinado período histórico (Ab'sáber, 2003; Vitte, 2007).

Tendo como pano de fundo esse cenário, o presente artigo discute o conceito de paisagem na ciência geográfica. Para tanto, organizaram-se, aqui, as discussões desde as noções iniciais sobre esse conceito até as concepções mais recentes, consoante as linhas ou escolas geográficas, apresentando as concepções de diferentes autores.

Referencial teórico

Na Geografia, a paisagem, discutida desde o século XIX, possui o intuito de compreender a relação entre sociedade e natureza em um mesmo espaço. Sua interpretação varia conforme a abordagem adotada e segundo a nacionalidade de origem dos autores que a discutem. Por exemplo, na Alemanha, até a década de 40 do século XX, a paisagem era vista como um conjunto de fatores naturais e humanos (Schier, 2003).

Atenta-se que as primeiras concepções de paisagem, do ponto de vista científico, surgem com alemão Humboldt, este que é considerado um dos sistematizadores do pensamento geográfico moderno, juntamente com Ritter (1779–1859). Para Barbosa e Nunes (2011), é mediante Humboldt e seus estudos cosmológicos que os primeiros passos da Geografia serão dados.

Por sua vez, Ratzel, adotando o racionalismo e o positivismo ambiental, coloca em foco as relações causais que atuam e interagem na natureza. Esta corrente resultou na *landschftskund*, dando à paisagem uma ótica territorial. Desta forma, a paisagem passou a ser vista a partir de uma visão holística, associando elementos relacionados à ação da natureza e à ação humana.

Em outro dizer, o norte-americano Sauer define paisagem como a “união entre os elementos físicos e culturais [...]” (SAUER, 1925, p. 29). Ou seja, para o autor, o conteúdo da paisagem é encontrado tanto nos fatos de ordem física como nos culturais. Sen-

do que, para o estudo da mesma, Sauer propôs o método morfológico de interpretação da paisagem.

Nas palavras de Troll (1997), a paisagem se apresenta ao geógrafo, com uma certa fisionomia, seus elementos ou componentes possuem determinadas relações funcionais, portanto, pode-se distinguir dois aspectos da paisagem: O fisionômico ou formal e o funcional, referindo-se aos geofatores, incluindo o homem.

Atualmente, o conceito de paisagem é visto sob diferentes perspectivas. Rodriguez (2008) distingue as seguintes concepções científicas sobre a paisagem: paisagem como aspecto externo de uma área ou território; paisagem como formação natural; paisagem como formação antro-po-natural; paisagem como sistema econômico-social; paisagem cultural.

Assim sendo, entende-se que o conceito de paisagem, na ciência geográfica, evoluiu conforme as diferentes concepções dos autores e o período histórico em que foi desenvolvido. Desta forma, como resultado, apresenta-se, no presente trabalho, uma breve discussão acerca da evolução do conceito de paisagem na ciência geográfica.

Materiais e métodos

Esta pesquisa foi organizada tendo como principal percurso metodológico e caminho percorrido, a utilização de teóricos que já realizaram pesquisa sobre a referida temática. Conquanto isso, a principal técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros (digitais e impressos) e artigos científicos. Para tanto, algumas palavras-chave auxiliaram na localização dos trabalhos em diferentes periódicos, como, por exemplo: paisagem e geografia na França, evolução do conceito de paisagem, dentre outros.

Essa busca foi importante para entender a evolução do conceito paisagem ao longo do tempo. Cabe explicar que muitos dos tra-

balhos encontrados como base teórica estavam escritos em outro idioma, como inglês, russo e alemão, o que acabou dificultando um pouco a pesquisa. Em alguns momentos, foi realizada ainda uma busca sobre o percurso do próprio pesquisador que estava servindo de base teórica neste trabalho, uma vez que se fez necessário saber o próprio posicionamento epistemológico dele (a) para saber se poderia ser utilizado na pesquisa ou não.

Resultados e discussão

Na Geografia, o conceito de paisagem possui como característica a relação entre sociedade e natureza em um mesmo espaço. A sua interpretação varia conforme as abordagens adotadas e com a nacionalidade de origem dos autores que a discutem.

O conceito de paisagem no século XIX

De forma geral, é a partir do século XIX que o conceito de paisagem passa a ser amplamente utilizado na Geografia, referindo-se a um conjunto de características de um determinado setor da superfície terrestre, o qual se distingue por sua heterogeneidade e homogeneidade. No entanto, os problemas com a aplicabilidade dos conceitos de homogeneidade e heterogeneidade em relação à escala, à complexidade e à globalidade das formas fizeram com que os naturalistas conduzissem reflexões mais profundas em relação à estrutura e à organização (Passos, 2006, 2008).

Acresce que na segunda metade do século XIX e início do século XX, surgiram as primeiras concepções de paisagem do ponto de vista científico, devido, principalmente, ao naturalista alemão Alexander von Humboldt, considerado um dos sistematizadores do pensamento geográfico moderno. De acordo com Barbosa e

Nunes (2011), foi por meio de Humboldt e os seus estudos cosmo-gráficos que os primeiros passos da Geografia foram dados.

Porquanto, no final do século XIX, devido à grande expansão territorial e ao avanço dos estudos geológicos voltados para a busca de materiais preciosos, a geomorfologia ganha relevância entre as ciências da terra. Neste contexto, é cabível ressaltar a visão de paisagem geomorfológica do norte-americano William Morris Davis, através da sua concepção finalista do relevo, denominada de Ciclo Geográfico (*Geographical Cycle*) (Ross, 2008).

Com isso, ficou claro que esse período foi marcado por pesquisas empíricas e sistemáticas sobre a paisagem (Antrop; Eetvelde, 2017), preponderando o uso do método morfológico, no qual as paisagens são vistas por sua fisionomia (formas). Além disso, se notou a preocupação com os aspectos físico-naturais e humanos.

O conceito de paisagem na primeira metade do século XX

As distintas formas de análise da paisagem, distinguidas no final do século XIX, ficam mais evidentes e bem assinaladas a partir do desenvolvimento de abordagens por diferentes escolas geográficas. Na escola alemã, percebe-se que se assinala como geografia pura, primordial, por ter início com os naturalistas filiados a Humboldt, Ritter e Ratzel, o que possibilitou avanços teórico-metodológicos nas discussões sobre as investigações da paisagem (Rougerie; Beroutchachvili, 1991).

Com fulcro em Rodríguez, Silva e Figueiró (2019), na França, a paisagem adquiriu a noção de espaço físico tangível, isto é, “rugosidade” ou “artefato”, produzido pelo homem no processo de adaptação ao meio. Com isso, percebe-se que a escola francesa, nesse período, caracterizou-se por incluir o contexto cultural à análise da paisagem.

Complementa-se que na escola russo-soviética, influenciada decisivamente pela escola alemã, desenvolveu uma noção de paisagem humanista e cultural, ainda que partindo do natural para entender a superfície terrestre. Desta forma, a tradição russo-soviética considera a Geografia como Antropogeografia, analisando a terra como lugar do habitat humano (Rodríguez; Silva; Figueiró, 2019).

As concepções de paisagem na segunda metade do século XX

A segunda metade do século XX ficou marcada pela recuperação da Europa após a Segunda Guerra Mundial: ocorrendo o avanço do Capitalismo, surgiram novas potências econômicas e científicas, havendo um salto tecnológico no qual se destaca sensoriamento remoto (Salinas Chávez et al., 2019). Logo, o conceito de paisagem diversificou-se ainda mais, alcançando nações além das que foram mencionadas anteriormente.

A noção de paisagem, na geografia russo-soviética, neste período, foi marcada pela ambiguidade e extrema confusão na sua definição, se referindo a quase tudo e aplicada em escalas distintas, podendo-se identificar, em um mesmo autor, usos diversos do termo (Dronin; Francis, 2019).

Na geografia alemã, inicialmente, Gerhard F. Josef Schmithüsen, aluno de Troll, se debruçou sobre o conceito de paisagem, preocupando-se com os aspectos dinâmicos e funcionais (Mezzommo, 2010). Outros autores, como Ernst Neef e Gunter Haase seguem a abordagem de Schlüte e Troll, ganhando destaque na Alemanha na década de 70 devido aos estudos integrados e de diferenciação da paisagem.

Com relação à geografia francesa, os estudos de paisagem ficaram marcados pela concepção de geossistema de Betrand e de ecodinâmica de Tricart. Nota-se, também, que o pensamento

francês foi influente na geografia brasileira, antes mesmo das concepções desses dois autores, via Deffontaines e Monbeig, na primeira metade do século XX.

A respeito do tema leciona Conti (2014), os estudos das paisagens na geografia brasileira têm a sua origem marcada pela influência da escola francesa, primeiramente na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta perspectiva, ressaltam-se as contribuições de Aziz Nacib Ab'Saber, para o qual a paisagem é definida como herança “[...] de processos fisiográfico e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação das suas comunidades” (Ab’saber, 2003, p. 9). Para Vitte (2009), as ideias de Ab’Saber, assim como toda a concepção uspianna, estavam ligadas às de De Martonne e Monbeig.

Outrossim, algumas escolas geográficas, além das já mencionadas, merecem destaque, como a dos Estados Unidos América (EUA), que tem como seu principal expoente Carl Ortwin Sauer, principalmente através dos seus estudos sobre as diferenciações de áreas (paisagens) e da sua proposta de “geografia cultural”.

Na Espanha, destacam-se os trabalhos de Maria de Bolos i Capdevila. A autora propôs uma sistematização para os estudos das paisagens. Tal proposta inclui as características dos geossistemas, a disposição espacial das unidades de paisagens, a idade e o grau de evolução (Bolos I Capdevila, 1992).

Outra abordagem relevante foi desenvolvida pela Organização de Pesquisa Científica e Industrial da Commonwealth (CSIRO), na Austrália, em 1945. A referida perspectiva adotou a abordagem holística no levantamento e na avaliação de terras, desenvolvendo, assim, os conceitos de “*land units*” e “*land systems*” (Naveh; Lieberman, 1994).

A Geografia na década de 50 e a retomada nos estudos de paisagens

Na década de 50, com o surgimento da Nova Geografia, embora os seus antecedentes tenham sido traçados anteriormente, houve a introdução de novas técnicas quantitativas na geografia. Essa nova orientação buscava explicações em teorias e modelagens, o que tornou os estudos descritivos da paisagem ultrapassados (Antrop; Eetvelde, 2017).

Segue-se que durante as décadas de 60 e 70, houve uma contínua especialização das ciências, introduzindo técnicas quantitativas, alterando profundamente as pesquisas. Na geografia, ocorreu uma “nova orientação”, visando estabelecer melhores explicações, tendo como base a teoria e a modelagem (Antrop, 2013).

Nas décadas de 70 e 80, houve a reconstrução teórica e metodológica na Geografia da paisagem, devido à aplicação do enfoque sistêmico e de métodos matemáticos. Com a introdução da Teoria Geral Sistemas (TGS) “[...] no campo conceitual e analítico para os estudos das características e complexidade dos sistemas ambientais, duas perspectivas surgem como norteadoras: a ecológica e a geográfica” (Christofolletti, 1999).

A visão ecológica refere-se aos sistemas ambientais biológicos regidos por princípios ecológicos, os ecossistemas. Ou seja, do ponto de vista ecológico, o ecossistema é o conceito basilar, onde os organismos biológicos, mantendo relação com seu entorno, são o centro do sistema. Já a perspectiva geográfica, sobretudo, volta-se para os estudos das interpelações do potencial ecológico, da ação biológica sob a ação antrópica, concernentes aos geossistemas, no qual implica estudar a paisagem a partir de uma visão sistêmica.

Pautado nas considerações, o conceito de paisagem, no início do século XXI, se diversifica, segundo as ciências que o utilizam como concepção teórico-metodológica para suas investigações.

Considerações finais

A evolução do conceito de paisagem na ciência geográfica, ao longo dos séculos, foi determinada por escolas geográficas e diferentes autores. Ao fim deste trabalho, percebeu-se que, em sua concepção inicial, o presente conceito estava associado às representações pictóricas de caráter visual e simbólico e com as grandes viagens. Como observado, sendo Humboldt um dos grandes viajantes e considerado o responsável pela noção científica do que era paisagem, no final do século XIX e início do século XX, juntamente com Ritter, Ratzel.

Nesse ínterim, na primeira metade do século XX, percebeu-se que as análises da paisagem se diversificam, desenvolvendo-se em diferentes escolas geográficas. Nesse contexto, a escola alemã se caracterizou por uma visão naturalista, enquanto a escola francesa incluiu o contexto cultural, e a russo-soviética partia do natural para desenvolver uma concepção humanista e cultural.

Na segunda metade do século XX, os estudos sobre a paisagem ganharam novas perspectivas, sendo aplicados em várias ciências, permanecendo no início do século XXI.

Referências

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANTROP, M. A brief history of landscape research. In: HOWARD, Peter et al. **The Routledge Companion to Landscape Studies**. London and New York: The Routledge, 2013. Cap. 1. p. 12-23.

ANTROP, M.; EETVELDE, V. V. **Landscape Perspectives**: the holistic nature of landscape. [S.I]: Springer, 2017. (Landscape Series).

BARBOSA, T.; NUNES, J. O. Kant, Estética Romântica Germânica e Humboldt: percurso da geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 187-199, jun. 2011.

BARREIROS, A. M. **Dapaisagem como objeto da Geografia**: repasse teórico e sugestão metodológica. 2017. 116 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2017.

BOLÓSCAPDEVILA, M. **Manual de ciencia del paisaje**: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1999.

CONTI, J. B. Geografia e paisagem. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 239-245, 31 out. 2014.

DRONIN, N. M.; FRANCIS, J. M. Landscape Concept in History of Russian (Soviet) Geography. In: MÜLLE, L.; EULENSTEIN, F. (ed.). **Current Trends in Landscape Research, Innovations in Landscape Research**. Switzerland: Springer, 2019. Cap. 2. p. 41-62.

MEZZONO, M. D. M. Considerações sobre o termo “paisagem” segundo o enfoque geoecológico. In: NUCCI, J. C. (org.). **Planejamento da Paisagem como subsídio para a participação popular no desenvolvimento urbano. Estudo aplicado ao bairro de Santa Felicidade – Curitiba/PR**. Curitiba: LABS/DGEOG/UFPR, 2010. p. 1-13.

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A. S. **Landscape ecology**: theory and application. 2. ed. Alemanha: Springer, 1994. 452 p.

PASSOS, M. M. dos. **A raia divisória**: geosistema, paisagem e eco-história. Maringá: EDUEM, 2006-2008.

RODRIGUES, J. M. M.; SILVA, E. V.; FIGUEIRÓ, A. S. La geoecología de los paisajes como base teórico-metodológica para incorporar la dimensión tecnológica a la temática ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 51, p. 84-103, 31 ago. 2019.

RODRÍGUEZ, J. M. M. **Geografía de los paisajes. Primera parte. Paisajes Naturales**. Ciudad de La Habana: Editorial Universitaria, 2008.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Repesando a Geografia).

ROUGERIE, G. BEROUTCHATCHVILL, N. **Geossystemes et paysages**. Pris Colin Editores, 1991. 302 p.

SALINAS CHÁVEZ, E. *et al.* Cartografia de los paisajes: teoría y aplicación. **Physis Terrae**, Guimarães, v. 1, n. 1, p. 7-29, 22 out. 2019.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RAEGA** - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 7, p. 78-85, 31 dez. 2003.

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-7, jul./dez. 1997.

VITTE, A. C. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na Geografia Física. **Mercator**, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. p. 71 a 78, nov. 2007.

VITTE, A. C. Breves considerações sobre o papel de Pierre Monbeig na formação do pensamento geomorfológico uspiano. **CLIMEP** - Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro, v. 4, n. 1, p. 50-69, jan./jun. 2009.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento concedido por meio do Edital 09/2023, Processo FPD 0213001130100/23, ao Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PROPGEU/UVA–Universidade Estadual Vale do Acaraú–CE.



Geografia e Religião: a devoção religiosa no Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto (MA)

Henrique Martins da Silva

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4676-9304>

Jean Carlos Rodrigues

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9733-1302>

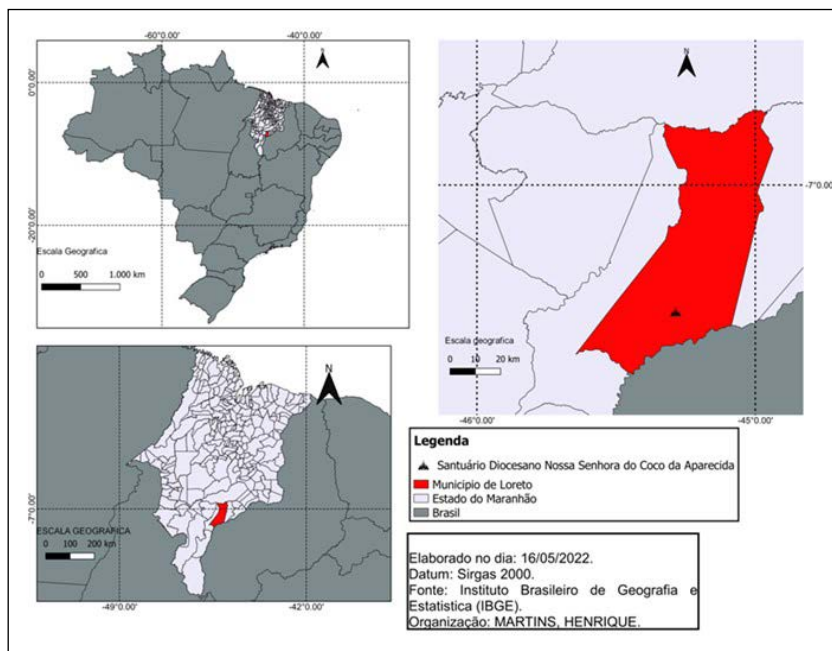
Introdução

O texto que apresentamos converge com a área de concentração “Dinâmicas espaciais: paisagem, território e educação”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), tendo como objetivo apresentar algumas considerações sobre o estudo do espaço religioso como manifestação simbólica, a partir das manifestações devocionais no Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto, Maranhão.

A pesquisa está sendo realizada no município de Loreto (MA), localizado no sul do estado do Maranhão, onde se encontra o Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida. A cidade possui 84 anos de emancipação política, uma área de 3.597,231 km² e uma população de aproximadamente 12.271 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados no Censo de 2021. Loreto foi elevado à catego-

ria de município em 29 de março de 1938 e, desde então, se mantém como sede do Santuário.

Figura 1 - Mapa de localização do Santuário

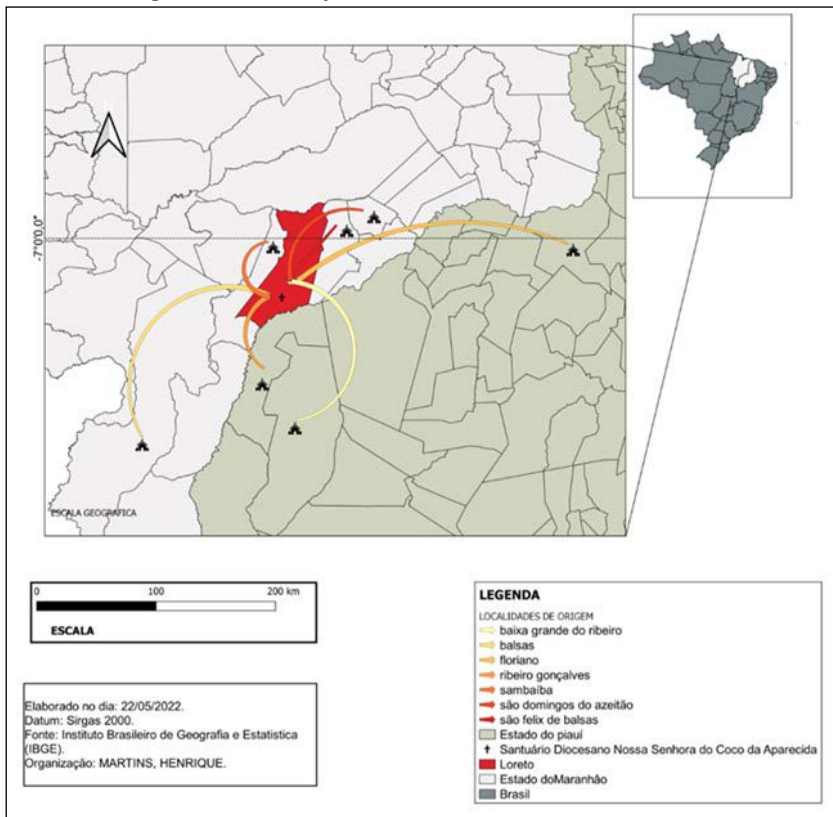


Autor: Henrique M. da Silva (2022).

O Santuário adquiriu status de centro de peregrinação regional pela repercussão local das histórias sobre sua criação. Segundo relatos, duas crianças, ao brincarem nas redondezas do local em um certo dia, avistaram uma boneca, o que deu início a toda a trama religiosa do Santuário. Depois desse acontecimento, os pais das crianças também teriam avistado a boneca, que, a partir de toda a repercussão, passou a ser considerada uma figura sagrada – sacralização que perdura até os dias atuais. Não se tem ao certo uma data específica para o ocorrido, fomentando, assim, a imaginação religiosa dos sujeitos da cidade e da região.

O Santuário fica localizado a cerca de 70 km da sede da cidade, na divisa entre Piauí e Maranhão, mais especificamente entre Loreto (MA) e Ribeiro Gonçalves (PI), tendo o rio Parnaíba como divisor entre os dois municípios. No entanto, o local é visitado por inúmeras pessoas de outras cidades da região.

Figura 2 - Localização das cidades vizinhas ao santuário

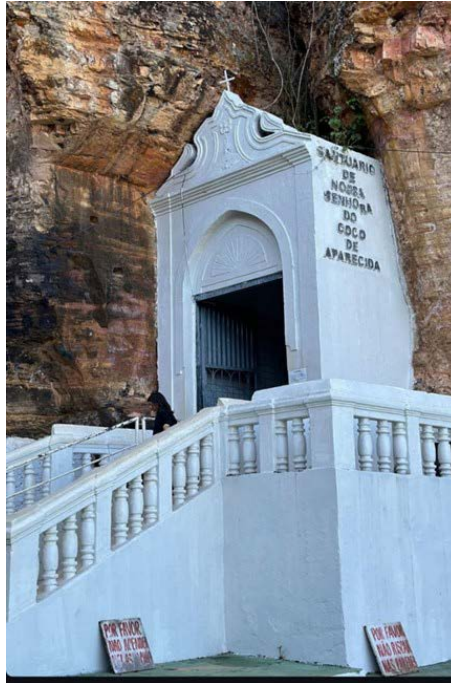


Autor: Henrique M. da Silva (2021).

No local onde a boneca teria sido avistada, foi construído um Santuário no interior da rocha onde a figura sagrada teria desaparecido, além de toda uma estrutura ao seu redor, onde os de-

votos prestam suas homenagens. O nome “Aparecida” faz alusão a Nossa Senhora Aparecida, enquanto a nomenclatura “Nossa Senhora do Coco” se refere ao coco babaçu, muito presente na região.

Figura 3 - Capela do Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida



Autor: Henrique M. da Silva (2024).

A imagem da Figura 3 mostra a capela do Santuário, que possui grande representatividade, pois, segundo os fiéis, o local foi onde a imagem da santa apareceu e desapareceu pela primeira vez. A construção realizada no interior da rocha demonstra a relevância histórica do Santuário na vida dos devotos.

Para a realização da pesquisa, tem-se como objetivo principal analisar a devoção religiosa popular no Santuário Diocesano

Nossa Senhora do Coco de Aparecida, e, por sua vez, como objetivos específicos: (a) compreender as devoções religiosas no Santuário; (b) identificar a simbologia ligada às práticas religiosas dos devotos; e (c) investigar o processo de formação do Santuário a partir das narrativas populares.

O presente trabalho está sendo realizado com base no método descritivo-exploratório, fundamentado principalmente na pesquisa de campo, cujo foco é observar as vivências dos sujeitos no território do Santuário, visando a conhecer as principais experiências de pessoas que já viveram e vivem dentro desse espaço simbólico-religioso elaborado pelas práticas populares.

Nesse método de pesquisa, os entrevistados exercem papel fundamental, na medida em que é a partir de seus relatos que se obtém compreensão sobre o objeto de estudo, considerando histórias de construção da identidade dentro do Santuário e elementos que estabelecem o pertencimento religioso a partir da devoção que se consolidou ao longo dos anos nesse território. Sobre a pesquisa exploratória, Gil (2002, p. 41) afirma que

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A flexibilidade proporcionada pela pesquisa exploratória permite que a proximidade entre pesquisador e pesquisados possibilite vivências que colaborem para alcançarmos os objetivos propostos por este trabalho. Essa perspectiva, aliada a

outros procedimentos que se fizerem necessários ao longo da pesquisa, é importante para elaborarmos uma interpretação geográfico-cultural das manifestações religiosas que acontecem no Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coko de Aparecida, em Loreto (MA).

Revisão da literatura

O espaço é a instância de excelência no qual as formas de interações humanas acontecem, e são diversas as questões que enriquecem a história de determinado povo, comunidade ou sociedade. A religião é um dos elementos de grande relevância política, cultural e social nesse processo manifestada em um lugar e em uma comunidade, considerando-se que a religião é uma manifestação social coletiva. A religião, enquanto representação e paisagem, significa a vida e a organização de uma sociedade.

Entende-se, a partir disso, a importância das representações simbólicas na construção da sociedade e da religião, pois é a partir das simbologias criadas que o sujeito se conecta com a paisagem religiosa e com sua devoção. De acordo com Gil Filho (2008, p. 24), “muito mais do que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para a organização da realidade”. E a religião exerce um papel fundamental nesse processo.

Caetano e Bezzi (2011) salientam que a paisagem é um elemento fundamental na cultura, uma vez que promove a existência de culturas baseadas em diversos símbolos que estabelecem importante representatividade no espaço social. A paisagem, antes figurada apenas como uma imagem da natureza, agora adquire uma função cultural – condição possível a partir da maneira como se concebe a representação simbólica do espaço, provocada sobre-

tudo pela arte renascentista do século XVI, mas que adquire outros contornos na sociedade contemporânea.

No que se refere à paisagem religiosa, “ela refere-se a sua materialidade fenomênica, a qual é apreendida pelos nossos instrumentos perceptivos imediatos” (Gil Filho, 2008, p. 32). Fazem parte desta materialidade, os templos e os santuários, que servem às peregrinações e às manifestações religiosas, como no caso do Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto (MA), o objeto em estudo nesta pesquisa, que se condiciona enquanto um símbolo concreto das vivências religiosas em torno do espaço sagrado do templo.

Os símbolos, responsáveis pela construção de identidades culturais, são fatores determinantes na relação de um sujeito ou comunidade com sua respectiva religiosidade, porque, sendo materiais ou imateriais, proporcionam um sentimento de pertencimento a partir do momento em que se inserem em processos históricos da cultura. No contexto religioso, esses símbolos estabelecem uma relação direta com a dimensão do sagrado.

O estudo realizado no Santuário Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto (MA), busca trabalhar a partir da cultura religiosa elaborada enquanto espaço simbólico, visando a reconhecer de que forma esses símbolos têm fundamental importância na construção da identidade religiosa – que atravessa gerações e permanece presente no imaginário, nas manifestações e nos ritos sagrados locais. As formas simbólicas construídas sacralizam o espaço por meio da representação.

Todas essas questões se relacionam diretamente com este trabalho, o qual trata da interação entre espaço e cultura, sem deixar de ressaltar a importância e a relação direta da Geografia com a Religião, possibilitando um olhar geográfico extremamente abrangente sobre todas as questões que envolvem o sentimento religioso. Para Pereira (2013, p. 12):

Religião e Geografia podem ser compreendidos como saberes humanos distintos, mas com muitas relações. São duas formas de (re)ação no espaço: a religião normatiza alguns procedimentos dos homens em relação ao espaço; e, por sua vez, o conhecimento geográfico proporciona capacidades estratégicas de atuação no espaço. Os espaços de ação de ambas são os sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. Vemos, assim, que essas duas formas de conhecimento atuam nas várias dimensões que circundam a vida comum do ser humano.

O estudo da religião a partir do espaço simbólico destaca a importância de perceber como essa questão se elabora, pois é sabido que, no estudo religioso, há um complexo de contextos e conflitos que, entre outros fatores, está diretamente ligado a símbolos e representações. A religião se movimenta ao longo do tempo e adquiriu contornos importantes para o fazer científico. Como exposto a seguir, Eliade (1992, p. 13) discorre sobre o movimento da questão religiosa:

Poder-se-ia dizer que a história das religiões – desde as mais primitivas às mais elaboradas – é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, urna pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo “natural”, “profano”.

No estudo das formas simbólicas na questão religiosa, principalmente baseado na maneira como os sujeitos interpretam e lidam com suas representações, é imprescindível perceber que o sagrado e suas manifestações estão em todos os lugares e em todos os objetos, sendo atribuído novos significados a partir do modo que cada sujeito se relaciona e vivencia a dimensão do sagrado. Assim, segundo Marchi (2005, p. 48),

Nas manifestações desta religiosidade cumpre-se uma das características descritas na concepção de sagrado: de um lado, observa-se a crença nos espíritos bons, aceitos e respeitados, que fazem o bem, que ajudam e que fazem a felicidade das pessoas; de outro, a adesão aos espíritos perigosos que fazem o mal, que prejudicam os homens e que levam as pessoas à perdição. Ambos refletem a experiência do “misterium”, do numinoso e do não racional. Ambos geram rituais e práticas que povoam o imaginário individual e social.

Para Gil Filho (2008, p. 33), “o sentimento religioso, seu caráter transcendente e não-racional é uma dimensão da inspiração muito presente na experiência religiosa, ou seja, é a experiência do sagrado *per si* (...) reconhecida por seus efeitos”. Nesse sentido, as vivências no espaço sagrado atribuem sentidos e significados para o sujeito que convive na dimensão sagrada de suas experiências religiosas.

Considera-se, por fim, a partir das discussões propostas, a importância de se compreender principalmente de que forma os sujeitos, mediante as relações estabelecidas, constroem ideias e mundos carregados de significados, sacralizando o espaço por meio das representações que cada um elabora.

Também é fundamental entender como o entrelaçamento desses pensamentos estabelece uma identidade cultural, a qual

pode se basear nos mais diversos aspectos, com repercussão local e regional como o estudo proposto sobre o Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, de Loreto (MA).

Considerações finais

O Santuário Diocesano Nossa Senhora do Coco de Aparecida, em Loreto (MA), é um espaço sagrado frequentado e reconhecido pelos fiéis durante todo o ano, e principalmente nos períodos de festejos à padroeira, que acontecem no mês de agosto. Dada essa importância para as práticas devocionais, decidimos nos debruçar sobre tais manifestações para elaborar uma pesquisa a nível de mestrado.

O trabalho apresenta complexidade em seu desenvolvimento devido à escassez de informações sobre a história do Santuário. No entanto, esse ponto pode enriquecer ainda mais a pesquisa, pois será necessário se apropriar das experiências dos sujeitos que construíram a identidade do Santuário. A partir de seus conhecimentos, será possível construir todo o arcabouço de informações a respeito do local.

Após a finalização do trabalho, o objetivo será apresentar essa pesquisa, elaborada junto aos sujeitos, para a comunidade, a fim de produzir um documento que demonstre a riqueza da cultura local e possibilite a todos compreenderem os conhecimentos construídos ao longo dos anos por meio das vivências e experiências devocionais no Santuário. A Geografia se fortalece nesse campo como ciência que analisa práticas culturais e religiosas em espaços de devoção, compreendendo que as manifestações religiosas são formadoras de espaços de vida e de representações.

Referências

- CAETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na Geografia Cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 23, n. 3, 453-466, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/y5KyVymLcJ7xFBKm9pWvbQm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço Sagrado**: estudos em Geografia da Religião. Curitiba: Editora IBPEX, 2008.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma geografia do sagrado. **RAEGA - O Espaço Geográfico Em Análise**, v. 5, n. 1, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18316/11880>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades IBGE – Loreto Maranhão**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/loreto/panorama>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 33-53, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7861/5542>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- PEREIRA, Clevisson Junior. Geografia da Religião: um olhar panorâmico. **RAEGA - O Espaço Geográfico Em Análise**, p. 10-37, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30414/19689>. Acesso em: 29 fev. 2025.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSENDAHL, Zeny. História, teoria e método em Geografia da Religião. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, n. 31, p. 24-39, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6121>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura.
Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec; Anpur, 1998.



Redefinições espaciais do Povoado Bela Vista em São Miguel do Tocantins

Bernardo Edberg Ribeiro Pereira

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0009-0002-6502-2983>

Eliseu Pereira de Brito

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0000-0002-2788-6636>

Apontamentos Iniciais

Este estudo investiga as transformações espaciais e territoriais do Povoado Bela Vista, localizado no município de São Miguel do Tocantins, analisando como essa área rural adquire características híbridas que desafiam as classificações dicotômicas convencionais entre rural e urbano. O estudo parte com a constatação de que, embora o povoado seja oficialmente classificado como área rural pelo IBGE, ele apresenta dinâmicas socioespaciais complexas que vão além das categorias tradicionais, servindo como um exemplo paradigmático das novas ruralidades que estão surgindo no Brasil atual. O estudo se concentra nas redefinições espaciais provocadas pela construção da ponte Dom Afonso Felipe Gregory em 2009, um marco que estabeleceu uma ligação direta com Imperatriz (MA) e intensificou os processos de transformação territorial, resultando em uma condição única de “viver entre lugares” que define a experiência dos habitantes de Bela Vista.

O objetivo principal do estudo é compreender as lógicas locais como fatores fundamentais na (re)produção do espaço do Povoado Bela Vista, com foco nos processos de re-configuração espacial que criam territorialidades híbridas entre as áreas rural e urbana. Como objetivos específicos, pretende-se identificar os movimentos pendulares dos habitantes e sua relação com as dinâmicas metropolitanas de Imperatriz; entender como os fixos e fluxos contribuem na formação de novas temporalidades e territorialidades; e analisar as tensões entre lógicas locais e globais como elementos estruturadores das transformações espaciais contemporâneas. A metodologia empregada baseia-se em uma abordagem qualitativa e histórica, sendo caracterizada como uma discussão teórica que utiliza o arcabouço conceitual relacionado à urbanização, produção e reprodução do espaço.

Os resultados apresentados demonstram que Bela Vista constitui um exemplo prático das limitações das classificações espaciais tradicionais, evidenciando a pertinência das novas tipologias que reconhecem áreas rurais híbridas com características de transição. O leitor encontrará uma análise das re-definições espaciais provocadas pela infraestrutura de conexão com Imperatriz, que introduz novas temporalidades sincronizadas com ritmos urbanos sem eliminar completamente as especificidades ribeirinhas tradicionais. A discussão revela como a experiência de “viver entre lugares” emerge como categoria fundamental para compreender as novas territorialidades que caracterizam o Brasil contemporâneo, onde territórios periféricos desenvolvem formas inovadoras de organização socioespacial que articulam elementos rurais e urbanos em configurações específicas, desafiando as políticas públicas tradicionais e demandando abordagens territoriais mais sensíveis às complexidades das dinâmicas contemporâneas de produção do espaço.

Sobre a Geografia de Bela Vista

A ocupação por não indígenas do interior brasileiro teve início tardio em relação às áreas litorâneas, sendo que as primeiras cidades surgiram a partir de entrepostos comerciais estrategicamente localizados nas regiões costeiras, mais propícias às exportações. O acesso ao interior era dificultoso, e os rios constituíam os principais meios para povoar esses espaços. A região hoje caracterizada como Tocantina exemplifica essa dinâmica, tendo sua ocupação baseada em programas de missões voltados à expansão territorial. Como registra Franklin (2008, p.25), “o governo do Pará estabeleceu um programa de aldeamento que resultou, em 1852, na fundação da povoação de Santa Teresa do Tocantins, hoje Imperatriz, através de uma expedição composta de onze embarcações e aproximadamente duzentos colonos”. Essa fundação foi essencial para o surgimento dos primeiros moradores no Povoado Bela Vista, demonstrando como o meio fluvial possibilitou não apenas a ocupação de terras, mas também o estabelecimento de relações comerciais e culturais na região.

As transformações mais significativas no povoado iniciaram-se com a inauguração da ponte Dom Afonso Felipe Gregory em 15 de dezembro de 2009, que estabeleceu uma ligação direta entre Imperatriz do Maranhão e São Miguel do Tocantins. Esse marco representa o que Moreira (2007, p. 45) destaca: “o desenvolvimento da técnica traz novos territórios para os gêneros de vida”. A construção da ponte e das vias de acesso provocou mudanças estruturais no espaço, substituindo vegetação e áreas naturais por infraestrutura viária, alterando o clima local e manifestando consequências diretas da produção capitalista do espaço. O desenvolvimento regional passou a depender fundamentalmente do aprimoramento das comunicações e dos meios de transporte, criando uma dinâmica mais integrada entre as cidades da região

e fortalecendo o papel de Imperatriz como centro polarizador.

A cidade de Bela Vista, que tem uma população de aproximadamente 273.110 pessoas (de acordo com o censo de 2022), é fortemente influenciada por Imperatriz. A maioria dos moradores trabalha na cidade vizinha ou depende dela para suas atividades comerciais. Essa situação ilustra de maneira clara o conceito de “viver entre lugares”, em que os habitantes vivenciam a monotonia das margens do rio em seu dia a dia, mas cruzam o rio para vivenciar a movimentação de uma área metropolitana em constante movimento. Essa dinâmica evidencia como tempos e espaços são fundamentais na (re)produção espacial. Segundo Henri Lefebvre, destacando a importância de compreender as lógicas locais como elementos centrais na transformação territorial do povoado.

As mudanças recentes no povoado refletem diretamente as dinâmicas da produção capitalista do espaço, conforme observado por Carlos, Souza e Sposito (2011, p. 44): “os proprietários de terras na periferia rural-urbana [...] esterilizam suas áreas agrícolas à espera de valorização para fins de loteamento.” Em Bela Vista, presencia-se exatamente essa realidade, com áreas florestadas sendo transformadas em terrenos desmatados e loteados, respondendo às expectativas de valorização imobiliária e às mudanças populacionais. A mobilidade de famílias provenientes de Imperatriz, em busca de uma vida mais tranquila, tem provocado expansão das moradias e significativas mudanças no aspecto territorial, com o eixo de crescimento demográfico direcionando-se para a ponte, remodelando paisagens e promovendo um novo arranjo social, produtivo e econômico no local.

O crescimento populacional e as transformações espaciais ocorrem sem adequado planejamento municipal, gerando preocupações quanto à organização futura do espaço. A falta de planejamento tem promovido a ocorrência de moradias irregulares

que não atendem às demandas sociais, reproduzindo um padrão frequente em muitos municípios brasileiros onde o crescimento urbano acontece de forma desordenada. Essa realidade é agravada pelo baixo poder aquisitivo de parte da população e pela ação do mercado imobiliário que transforma o espaço em produto de compra, favorecendo classes economicamente privilegiadas e promovendo a segregação socioespacial. O processo histórico de ocupação desordenada, que remonta ao final do século XIX com a formação de favelas e cortiços, continua a se manifestar em Bela Vista através da ocupação de áreas sem infraestrutura adequada.

Elementos teóricos e metodológicos do estudo

A experiência de Bela Vista exemplifica como um povoado, mesmo oficialmente classificado como área rural pelo IBGE, pode tornar-se um ambiente onde se manifestam as contradições e desafios da produção capitalista do espaço. Seu perfil diferenciado, com traços de urbanização, expansão demográfica e crescente complexidade social, evidencia a insuficiência das classificações tradicionais e demonstra a necessidade de abordagens territoriais mais sensíveis. O povoado revela tanto a força das práticas locais quanto as limitações das categorizações oficiais para compreender plenamente as novas formas de ruralidade e urbanidade que estão emergindo.

A atual proposta metodológica do IBGE (2023) para classificação dos espaços rurais, urbanos e da natureza reconhece as limitações das definições tradicionais dicotômicas e busca superar a visão binária que historicamente caracterizou esses espaços. Conforme destacado no documento, “a necessidade da renovação teórico-metodológica do paradigma rural-urbano deriva de demandas acadêmicas e institucionais que promovem a revisão

dos recortes espaciais até então adotados” (IBGE, 2023, p. 9). O Povoado Bela Vista exemplifica essa necessidade, uma vez que suas características não se enquadram perfeitamente nas categorias tradicionais de rural ou urbano, mas apresentam elementos híbridos que demandam uma análise mais complexa e nuançada das formas contemporâneas de organização espacial.

O documento do IBGE reconhece que “emergem novas ruralidades e urbanidades que conformam realidades espaciais cada vez mais complexas, dinâmicas e entrecortadas, o que demanda a proposição de novas distinções mais detalhadas do espaço geográfico” (IBGE, 2023, p. 9). No caso de Bela Vista, observa-se claramente essa complexidade: embora mantenha características rurais tradicionais como a proximidade com o rio e atividades de pesca e agricultura de subsistência, o povoado desenvolve funções urbanas através dos movimentos pendulares de seus habitantes para Imperatriz, da prestação de serviços e do crescente processo de loteamento e especulação imobiliária. Essa configuração híbrida evidencia o que a nova tipologia do IBGE classifica como áreas de transição, onde “a nova ruralidade incorpora dinâmicas que conformam, a partir da sua refuncionalização com o urbano, o aumento das atividades não agrícolas, da mecanização, da pluriatividade, da expansão do setor terciário e da intensificação dos fluxos e das redes” (IBGE, 2023, p. 30).

A condição de Bela Vista como área rural híbrida fica ainda mais evidente quando analisada sob a perspectiva do *continuum* rural-urbano proposto pela metodologia do IBGE. Segundo o documento, essa abordagem “considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos”, onde “as relações entre cidade e campo não necessariamente destroem as especificidades dos polos e o continuum ocorre entre um polo urbano e outro rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (IBGE, 2023, p. 30). O povoa-

do mantém suas especificidades rurais - localização ribeirinha, dependência dos ciclos naturais, vínculos com atividades primárias - mas estabelece intensas relações funcionais com o polo urbano de Imperatriz, criando uma espacialidade que transcende a dicotomia tradicional e configura o que pode ser entendido como uma territorialidade híbrida.

Finalmente, a experiência de Bela Vista reforça a perspectiva do IBGE de que “considerar como rurais ou urbanas as áreas do Território Nacional com pouca ou mesmo sem alteração em suas paisagens e dinâmicas naturais é insuficiente para responder aos desafios de compreensão teórica dessa categoria espacial” (IBGE, 2023, p. 9). O povoado não se caracteriza apenas pela ausência de características urbanas típicas, mas sim por uma composição particular de elementos que incluem: alta densidade populacional para os padrões rurais, dependência funcional de centros urbanos, transformações na paisagem através de loteamentos, manutenção de vínculos com atividades tradicionais e uma identidade territorial específica que combina elementos rurais e urbanos. Essa configuração demonstra a pertinência da nova tipologia proposta pelo IBGE, que busca “identificar categorias espaciais vinculadas às formas de organização do espaço” e “apreender as novas espacialidades contemporâneas” (IBGE, 2023, p. 9), reconhecendo Bela Vista como um exemplo paradigmático das novas ruralidades emergentes no Brasil contemporâneo.

A análise dos movimentos pendulares e dos fixos e fluxos em Bela Vista revela uma dinâmica espacial que se assemelha aos fenômenos metropolitanos descritos por Ana Fani Alessandri Carlos, onde “a espacialidade das relações sociais realiza-se no plano da vida cotidiana e a partir dela, articulada e redefinida no plano da reprodução das relações sociais” (Carlos, 2001, p. 183). Os moradores de Bela Vista estabelecem trajetos diários que conectam sua residência no povoado aos locais de trabalho em Imperatriz,

criando uma prática socioespacial que transcende os limites administrativos e evidencia como “as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana envolvendo um determinado emprego de tempo que se revela enquanto modo de uso do espaço” (Carlos, 2001, p. 183). Essa mobilidade pendular configura um uso específico do território que articula tempos e espaços distintos, onde o tempo da vida doméstica e comunitária no povoado se articula com o tempo do trabalho e dos serviços urbanos em Imperatriz.

Os fixos em Bela Vista - representados pela infraestrutura básica, residências, pequenos comércios e serviços locais - contrastam com os fluxos intensos de pessoas, mercadorias e informações que conectam o povoado à dinâmica metropolitana de Imperatriz. Como observa Carlos sobre as transformações urbanas, “o uso cria limites e redefine fronteiras” (CARLOS, 2001, p. 193), e no caso de Bela Vista, a ponte Dom Afonso Felipe Gregory funciona como elemento estruturador que, paradoxalmente, conecta e separa dois modos de vida distintos. A infraestrutura viária estabelece novos fluxos que alteram as temporalidades locais: se antes o tempo era marcado pelos ciclos naturais e pelas atividades tradicionais, agora os horários dos deslocamentos para Imperatriz impõem uma sincronização com os ritmos urbanos, criando o que Carlos denomina de “tempo curto impregnado nas formas” que transforma “os modos de uso” (Carlos, 2001, p. 191).

A lógica local-global manifesta-se em Bela Vista através da tensão entre as práticas tradicionais de vida ribeirinha e as demandas de integração ao sistema econômico regional polarizado por Imperatriz. Conforme argumenta Carlos, “a reprodução do espaço urbano se realiza separando cada vez mais lugar de moradia daquele de trabalho e do lazer, fazendo o indivíduo percorrer cada vez mais grandes distâncias” (Carlos, 2001, p. 191). No contexto de Bela Vista, essa separação não ocorre apenas dentro

de um mesmo tecido urbano, mas entre modalidades territoriais distintas: o rural e o urbano. Os moradores vivenciam cotidianamente essa fragmentação espacial, experimentando em casa a “monotonia das margens” do rio Tocantins e, ao cruzar a ponte, a “efervescência” da vida urbana imperatrizense. Essa dinâmica espacial evidencia como “o espaço, consumido como lazer - como concentração de bares, restaurantes, danceterias” e serviços urbanos diversos cria “centralidade móvel” (Carlos, 2001, p. 180) que atrai os habitantes de Bela Vista para além de suas fronteiras.

O “viver entre lugares” em Bela Vista configura-se como uma experiência contemporânea que desafia as concepções tradicionais de pertencimento territorial. Como destaca Carlos sobre a vida metropolitana, “a prática socioespacial é limitada por trajetos e usos, por lugares capazes de serem apropriados pelo corpo e seus sentidos” (Carlos, 2001, p. 190), e os belavistenses constroem sua identidade territorial através de uma apropriação que engloba tanto o espaço doméstico do povoado quanto os espaços de trabalho e consumo de Imperatriz. Essa condição de entre-lugar não representa uma perda de identidade, mas sim a construção de uma nova forma de territorialidade que articula «o tempo da vida que se realiza num lugar determinado, e o tempo da transformação das formas morfológicas, definidas no seio do processo de reprodução do espaço da metrópole» (Carlos, 2001, p. 197). A experiência dos moradores de Bela Vista revela, assim, uma modalidade específica de habitar que ultrapassa as fronteiras físicas e administrativas, criando uma territorialidade híbrida que expressa as contradições e possibilidades da produção do espaço no capitalismo contemporâneo.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e histórica, caracterizada como discussão teórica sobre as transformações espaciais e territoriais do Povoado Bela Vista em São Miguel do Tocantins, situado na região do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins.

O estudo articula as contribuições de Henri Lefebvre sobre produção do espaço, de Ana Fani Alessandri Carlos sobre temporalidades urbanas e as novas proposições metodológicas do IBGE (2023) para classificação dos espaços rurais, urbanos e da natureza.

Para detalhar os instrumentos e procedimentos de pesquisa, adotou-se: análise de dados censitários específicos da localidade; consulta à Lei Orgânica do Município de São Miguel do Tocantins e às leis municipais sobre urbanização de perímetros urbanos; e observação de vídeos antigos que documentam a evolução física e social de Bela Vista.

O método histórico permitiu compreender as transformações temporais desde a formação do povoado até as mudanças contemporâneas, realizando uma análise atual do “viver entre lugares” em Bela Vista.

A abordagem qualitativa, complementada por observação e análise crítica de materiais audiovisuais, buscou articular escalas locais e globais de transformação territorial, evidenciando contradições e potencialidades do continuum rural-urbano no contexto de Bela Vista em São Miguel do Tocantins - Tocantins.

A Bela Vista entre o Rural e o Urbano

A análise teórica revela que o Povoado Bela Vista constitui um exemplo prático das limitações das classificações tradicionais

bipartidas entre rural e urbano, confirmando a necessidade de abordagens mais variadas conforme proposto pela nova metodologia do IBGE (2023). O povoado apresenta características que atravessam as definições convencionais, configurando-se como área rural híbrida que mantém especificidades tradicionais ribeirinhas ao mesmo tempo em que desenvolve funções e dinâmicas tipicamente urbanas. Essa hibridização manifesta-se através dos movimentos pendulares intensos de sua população para Imperatriz, da crescente especulação imobiliária que transforma áreas florestais em loteamentos, e da dependência funcional de serviços urbanos oferecidos pela cidade-polo regional.

A interpretação das transformações históricas evidencia que a construção da ponte Dom Afonso Felipe Gregory em 2009 representa um marco divisor na organização socioespacial do povoado, introduzindo novas temporalidades que sincronizam o tempo local com os ritmos urbanos de Imperatriz. Essa infraestrutura viária funciona simultaneamente como elemento de conexão e separação, criando fluxos que alteram as práticas tradicionais de apropriação do espaço e estabelecem uma dinâmica de “entre-lugares” onde os moradores constroem sua identidade territorial através da articulação entre o espaço doméstico ribeirinho e os espaços de trabalho e consumo urbanos. O fenômeno do “viver entre lugares” emerge como categoria analítica fundamental para compreender as novas ruralidades emergentes no contexto brasileiro contemporâneo.

A discussão teórica demonstra que as lógicas local-global se manifestam em Bela Vista através da tensão permanente entre práticas tradicionais de vida ribeirinha e demandas de integração ao sistema econômico regional polarizado por Imperatriz. Os fixos locais – representados pela infraestrutura básica, residências e pequenos comércios – articulam-se com fluxos intensos de pessoas, mercadorias e informações que conectam o povoado à

dinâmica metropolitana, criando uma territorialidade híbrida que desafia as concepções tradicionais de pertencimento territorial. Essa configuração espacial evidencia como a produção capitalista do espaço opera de forma diferenciada no território, promovendo transformações que nem sempre seguem os padrões clássicos de urbanização, mas criam novas modalidades de organização socioespacial.

A análise revela ainda que a experiência de Bela Vista corrobora as perspectivas teóricas que defendem a superação da visão binária rural-urbano em favor de abordagens que reconheçam a complexidade e dinamicidade das espacialidades contemporâneas. O povoado exemplifica como territórios oficialmente classificados como rurais podem desenvolver características urbanas sem perder suas especificidades locais, configurando espacialidades híbridas que demandam novas categorias analíticas e metodológicas para sua compreensão adequada. Essa condição de hibridização territorial não representa uma transição linear do rural para o urbano, mas sim a emergência de novas formas de organização espacial que articulam elementos de ambas as modalidades em configurações específicas e contextualmente determinadas.

Apontamentos Finais

O estudo do Povoado Bela Vista contribui significativamente para o debate contemporâneo sobre as transformações dos espaços rurais e urbanos no Brasil, evidenciando a pertinência das novas proposições metodológicas do IBGE (2023) que reconhecem a insuficiência das classificações dicotômicas tradicionais. A experiência de Bela Vista demonstra como territórios periféricos podem desenvolver dinâmicas espaciais complexas que transcendem as categorias convencionais, criando modalidades híbri-

das de organização socioespacial que articulam elementos rurais e urbanos em configurações específicas.

A análise das temporalidades e espacialidades em Bela Vista revela como a produção capitalista do espaço opera através de lógicas que conectam o local ao global, promovendo transformações que alteram significativamente os modos de vida tradicionais sem, contudo, eliminá-los completamente. A construção da ponte Dom Afonso Felipe Gregory exemplifica como infraestruturas de conexão podem funcionar simultaneamente como elementos de integração e fragmentação, criando novas dinâmicas territoriais que demandam reflexões teóricas e metodológicas renovadas. Os movimentos pendulares e a dependência funcional de Imperatriz configuram uma prática socioespacial que articula diferentes temporalidades e territorialidades, evidenciando a complexidade das relações contemporâneas entre rural e urbano.

A condição de área rural híbrida de Bela Vista demonstra a necessidade de abordagens territoriais mais sensíveis às especificidades locais, que reconheçam as múltiplas dimensões da produção do espaço e suas manifestações diferenciadas no território brasileiro. As transformações observadas no povoado não representam simplesmente um processo de urbanização do rural, mas sim a emergência de novas ruralidades que incorporam elementos urbanos mantendo suas características específicas. Essa hibridização territorial desafia as políticas públicas tradicionais e demanda instrumentos de planejamento que reconheçam a complexidade das dinâmicas contemporâneas de organização espacial.

O estudo evidencia ainda como as práticas cotidianas dos moradores de Bela Vista constroem territorialidades que ultrapassam os limites administrativos e as classificações oficiais, criando espacialidades vividas que articulam diferentes lugares e temporalidades em uma experiência coerente de habitar. Essa

experiência de “entre-lugares” não configura uma condição transitória ou problemática, mas sim uma modalidade específica de territorialidade que responde às demandas contemporâneas de mobilidade e flexibilidade territorial. A análise dessas práticas contribui para ampliar a compreensão sobre as formas contemporâneas de apropriação do espaço e suas implicações para o planejamento territorial.

As transformações espaciais observadas em Bela Vista inserem-se no contexto mais amplo das mudanças que caracterizam o Brasil contemporâneo, onde processos de globalização, urbanização e modernização agrícola criam novas configurações territoriais que demandam interpretações teóricas renovadas. A experiência do povoado ilustra como territórios aparentemente periféricos podem desenvolver dinâmicas inovadoras de organização socioespacial, contribuindo para ampliar o repertório de possibilidades de desenvolvimento territorial no país. O reconhecimento dessas dinâmicas híbridas pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais adequadas às realidades territoriais contemporâneas.

Finalmente, a pesquisa sobre Bela Vista demonstra a importância de estudos que articulem diferentes escalas de análise e perspectivas teóricas para compreender a complexidade das transformações territoriais contemporâneas. O diálogo entre as contribuições clássicas da geografia urbana e rural com as novas proposições metodológicas institucionais revela-se fundamental para construir interpretações mais adequadas das realidades emergentes. A condição de “viver entre lugares” característica de Bela Vista pode ser compreendida como expressão específica de tendências mais amplas que caracterizam a produção do espaço no capitalismo contemporâneo, contribuindo para ampliar o entendimento sobre as novas territorialidades que emergem no cenário brasileiro atual e suas potencialidades para a construção

de modalidades mais justas e sustentáveis de organização territorial.

Referência

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. 2. ed. revisada. São Paulo: Labur Edições, 2017. 317 p.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

IBGE. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 174 p.: il. color. (Investigações experimentais. Informações Geocientíficas Experimentais).

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fev. 2006.



A relação campo-cidade em uma cidade média: olhares a partir de Sobral, Ceará

Thayssllorranny Batista Reinaldo

Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3372-4649>

Virginia Célia Cavalcante de Holanda

Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6070-7292>

Introdução

A relação campo-cidade é histórica no Brasil e no mundo, resultando em transformações no espaço agrário e urbano. Posto que a segunda metade do século XX foi marcada por profundas transformações técnicas e científicas, modificando também a organização desses espaços. Para Spósito (2010), a separação do campo e da cidade é consequência direta ou indireta da divisão social do trabalho e das relações de poder que as sustentam, todavia há uma relação de complemento entre ambos.

Denota-se que a cidade e o campo têm características próprias em relação ao que é produzido, relações sociais e culturais, sendo importante analisá-los de maneira dialética para compreendê-los na totalidade e em suas particularidades. Para compreender essa relação, nesse artigo tem-se como delimitação espacial de pesquisa, Sobral, sendo o objetivo central analisar a relação campo-cidade.

O município encontra-se localizado na porção noroeste do Estado do Ceará, com uma população de 203.023, dos quais 158.845

estão na Cidade, sede Municipal, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2022). A Cidade exerce uma importância regional significativa desta sua formação como vila.

Por seus traços, destaca-se como cidade média, recebendo fluxos de pessoas cotidianamente, buscando, sobretudo, serviços mais especializados de saúde e educação (Holanda; Gonçalves; 2025). Mesmo sendo uma cidade com destaque no emprego industrial e atividade de serviços, muitos moradores sobrevivem na cidade comercializando produtos oriundos do campo ou de plantações cultivadas na periferia da cidade, sendo comum ainda criatórios de animais de pequeno porte para o abate, tais como o porco e galinha.

Referencial Teórico

Os estudos acerca da cidade e do campo atravessam a história e as sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho que neles vão se realizando. Uma vez que o campo e a cidade são compostos por pessoas que produzem e vivem nesses espaços.

Nessa perspectiva, de acordo com Souza e Maia (2020), a cidade e o campo têm características próprias, tanto em relação ao que é produzido quanto ao conteúdo das relações sociais e culturais. Assim sendo, não se tem uma única realidade ou condição quando se pensa o campo e a cidade, pois é preciso levar o contexto histórico, social e espacial em consideração.

Para Santos (1994), é preciso pensar o campo e a cidade como espaços diferenciados que se complementam pelas diferenças que possuem. Pois, as relações de intercâmbio entre campo e cidade, rural e urbano extrapolam a materialidade e o econômico, abrangendo as esferas das relações sociais, das ideias e da cul-

tura. Bagli (2006) defende que existem territorialidades urbanas nos espaços rurais e territorialidades rurais nos espaços urbanos. Uma relação de complementariedade e troca entre ambos os espaços.

Sob este prisma, Bagli (2006); Souza e Maia (2020); Rua (2006) é um desafio qualificar o que seja urbano, rural, campo e cidade na contemporaneidade, pois o campo não é mais só o lugar que fornece alimento à cidade, nem a cidade onde se busca trabalho e acesso a serviços que não existem no campo. Com o advento da globalização e a divisão internacional do trabalho, essas relações têm se modificado e é preciso mais estudos para “qualificá-la.”

No entanto, entre as concepções teóricas existentes sobre urbano e rural, campo e cidade, faz-se referência a Rua (2006), ao destacar que a urbanidade no campo tem uma forte relação com o processo de industrialização e com um aumento significativo da mecanização da produção agrícola no campo. E o rural no urbano pode ser identificado nas atividades econômicas relacionadas à agricultura que ocorrem no perímetro urbano, como, por exemplo, as feiras que vendem produtos oriundos do campo.

Dentro destes termos, Carlos (2007) define a cidade como um conjunto de fatores sociais, culturais e todas as relações nela existentes (ruas, casas, carros, pessoas, comércios, indústrias, unidades de ensino, etc.). Um espaço de contradições e possibilidades, onde a ação humana e as relações sociais se entrelaçam. Em contrapartida, o campo, para Oliveira (2007), tem como uma de suas características a capacidade organizativa da classe camponesa e o sustento a partir da lida na terra. Configurando-se como um espaço de relações sociais e disputa de poder onde a luta camponesa ocorre cotidianamente.

Delineia-se assim que para Carneiro (1998), o campo, a cidade, o rural e o urbano são expressões sociais que expressam visões de mundo e valores distintos conforme o universo simbólico no

qual estão inseridos. Por isso, é preciso inserir os sujeitos sociais que vivem nesses espaços para entendê-los.

Em face desses contextos, a relação campo-cidade faz parte da realidade da população seja em uma escala mundial, nacional ou regional; no caso do Ceará, Sobral tem uma importância dentro da hierarquia urbana regional e atua diretamente como espaço de comando no campo educacional para cinquenta e cinco municípios no noroeste cearense.

Partindo desse pressuposto, Holanda (2000/2001) destaca a cidade média pensada no plano de escala é vista como sendo aquela cidade que exerce funcionalidade em relação a sua região, seja em questões econômica, social ou política. Sobral se destaca enquanto cidade média é recebe um fluxo de pessoas cotidianamente buscando acesso ao terciário urbano ou como destino para trabalho.

Com efeito, o conceito de cidade média é trabalhado na geografia por diferentes perspectivas, dependendo do(a) pesquisador(a) e do arcabouço teórico-metodológico utilizado. Mas para essa reflexão buscamos uma ancoragem no pensamento de Sposito (2007), para essa pesquisadora, a cidade média é qualificada pela função de intermediação que exerce entre as pequenas e as maiores cidades e não pelo seu quantitativo populacional.

As cidades médias, na perspectiva de Sposito (2004), são centros regionais importantes que a população das pequenas cidades recorre quando precisam de algum produto ou serviço (saúde, trabalho, educação, etc.) que não seja ofertado na sua.

Nessa linha de pensamento, para a autora (2006, 2007) a compreensão de cidade média perpassa pelas funções que ela desempenha na rede urbana na intermediação regional. Para tanto, a análise de uma cidade média deve ser articulada em diferentes escalas de análise, através da combinação entre tamanho demográfico, plano morfológico, funções e usos urbanos que a colo-

quem papéis e posições na rede urbana. Nesse caso, o critério demográfico não é o elemento central para se reconhecer uma cidade média, é preciso combiná-lo a outras variáveis.

Mais adiante, Sposito (2006) enfatiza que mesmo aquelas cidades brasileiras consideradas de porte médio pelo quantitativo populacional (50.000 a 500.000 mil habitantes) nem sempre são consideradas cidades médias, haja vista que é preciso considerar a diversidades dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana.

Assim, atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano (Sposito, 2006, p. 175).

Na leitura de Sposito (2006) a cidade média desempenha funções de intermediação imediata na sua proximidade, incluindo cidades menores e áreas rurais ao disponibilizar produtos e serviços.

No Brasil muitas cidades consideradas grandes e média mantêm em seu cotidiano expressões do campo na cidade, um dos exemplos é Sobral localizada no estado do Ceará, que apesar de ofertar serviços modernos, tais como clínicas médicas especializadas, ensino superior público e privado, atividades comerciais diversificadas com presença de shopping, atacarejos, bares e restaurantes mais sofisticados, mantém no espaço urbano a forte presença de ruralidades.

Materiais e métodos

Metodologicamente partiu-se inicialmente de uma análise qualitativa, com utilização de pesquisa bibliográfica em: teses, dissertações, monografias e artigos científicos que versam sobre a temática pesquisada; pesquisa documental em sites como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa de campo, realizada entre os meses de junho de 2024 a junho de 2025

Primeiramente, realizou-se a escolha da temática que faz parte da pesquisa de Pós-Doutoramento em curso. Em seguida, foi feito o levantamento dos textos que poderiam ser utilizados ao longo da escrita desse artigo e a escolha do público-alvo que participaria da pesquisa. No caso, trabalhadores informais que vendem produtos oriundos do campo pelas ruas da cidade de Sobral.

Durante os trabalhos de campo, foram realizadas vinte e cinco entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os trabalhadores(as) que, por estarem em horário de trabalho, não podiam ou não queriam participar das entrevistas de maneira formal. Na ocasião, realizou-se ainda registros fotográficos.

Cabe enfatizar que, no decorrer da escrita deste artigo, fez-se um esforço em ler o cotidiano da cidade média de Sobral a partir das ruralidades que nela se apresentam. Especialmente por meio da venda de produtos provenientes do campo e/ou produzidos nos quintais de residências na cidade, por trabalhadores informais que percorrem diariamente as ruas da cidade.

Resultados e discussões

Quando a discussão se trata da relação campo-cidade em uma cidade média, Sobral é um bom exemplo a ser estudada, pois além ser o centro principal da recém criada Região Metropolitana, abriga uma forte migração pendular e mantém traços de ru-

ralidades no seu cotidiano. Uma característica que perdura desde a sua formação territorial, ligadas às fazendas de gado e às atividades desenvolvidas no campo, como a produção voltada para a subsistência, a criação de gado e a comercialização do charque no território cearense e no Maranhão (Almeida, 2009).

Desde o século XVIII, o território onde atualmente localiza-se Sobral, servia de ponto de apoio de tropeiros e boiadas, que utilizavam a Fazenda Caiçara, às margens do rio Acaraú, como lugar de descanso das longas viagens. Nesse contexto surgiu em 1773 a Vila Distinta e Real de Sobral. E, no olhar de Holanda (2007, p. 90), Sobral economicamente firma-se a partir das atividades relacionadas ao algodão e gado.

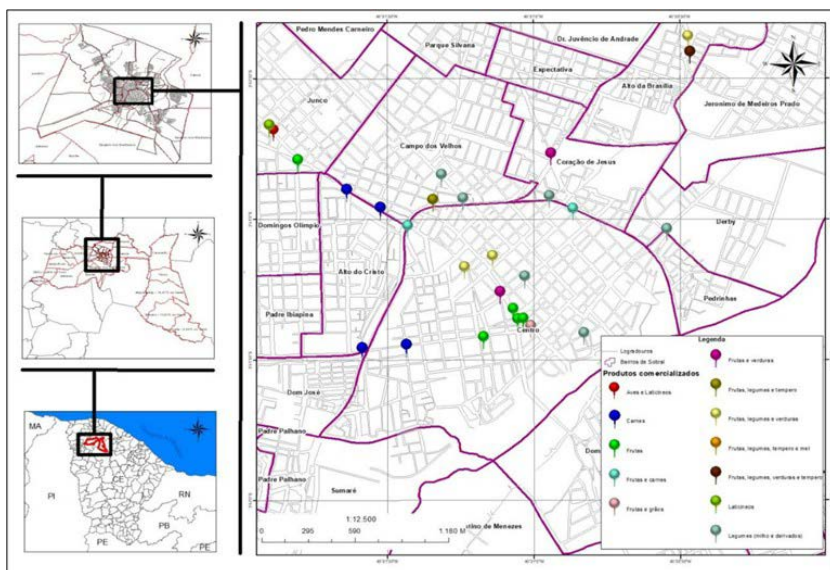
Para Holanda (2007), no século XX Sobral continuou sendo uma cidade relevante para a economia cearense, enquanto centro coletor de produtos agrícolas da região norte já exercia influência na economia regional. Na década de 1990, Sobral se transformou em um marco de mudanças nos aspectos: político, econômico e cultural, recebendo novos investimentos e apoio de autoridades locais, passando a ter ainda mais destaque regionalmente com a expansão de grandes indústrias, universidades e comércio atacadistas.

Acresce que Sobral apresenta em seu espaço urbano ruralidades, bem como sujeitos sociais que migraram do campo para a cidade à procura de uma vida melhor. Uma dessas expressões de ruralidades ocorre por meio da comercialização de produtos oriundos do campo em diferentes pontos, como nas mediações dos pontos de ônibus e dos veículos Leve Sobre Trilho (VLT), nos arredores do Mercado Público Municipal, Hospitais, Escolas e Universidades.

O Mapa 1, mostra os principais pontos de comercialização de produtos oriundos do campo identificados durante o trabalho de campo, com destaque para alguns bairros e áreas de maior mo-

vimentação, como o Centro, Campo dos Velhos, Coração de Jesus, Junco, Alto da Brasília e Pedrinhas, praças e a avenidas. Observa-se que a comercialização de frutas é a mais comum, ocorrendo em vários pontos da cidade, seguida da venda de milho e derivados e de carnes.

Mapa 1 - Pontos de comercialização (comércio informal) de produtos oriundos do campo em Sobral-CE



Fonte: Mapa elaborado com base no trabalho de campo realizado de janeiro a agosto de 2024. Elaboração: RODRIGUES, José Marcos Duarte

Durante o trabalho de campo, uma das avenidas onde a venda de produtos oriundos do campo foi observada com maior intensidade foi na Avenida Jhon Sanford. Observou-se a comercialização de leite e derivados, animais abatidos (frango e porco), verduras, legumes e frutas. Um(a) dos(as) entrevistados(as) explicou que parte desses produtos vem da Serra da Meruoca, de Forquilha e de sítios localizados nos arredores de Sobral.

Em Sobral, especialmente nas mediações do Mercado Público Municipal, é comum a venda de produtos originários do campo de maneira informal, onde boa parte desses produtos são comprados de revendedores que compram os produtos nas Centrais de Abastecimento do Ceará LTDA. - (CEASA), na cidade de Tianguá, e revendem ao trabalhador(a) informal.

Nos arredores do Mercado Municipal, muitos trabalhadores (as) informais vendem diariamente alimentos (verduras, legumes, vegetais, frutas, temperos, leites e derivados) e muitos desses produtos chegam até o(a) trabalhador(a) por meio de caminhões ou pelo atravessador. São pais e mães de família que acordam cedo e passam o dia no Mercado em busca do sustento familiar. Muitos vindos de diversos bairros periféricos (Caiçara, Terrenos Novos, Sumaré, Padre Palhano e outros).

Durante o trabalho de campo, cerca de dez dos(as) trabalhadores informais entrevistados(as) relataram que alguns produtos comercializados nas mediações do Mercado Municipal são advindos do município de Acaraú, como, por exemplo, o coco, pepino e abobora. Já o alho e o açafrão, os temperos em geral vêm de um fornecedor de Fortaleza. A farinha encontrada em uma das bancas é oriunda de Novo Oriente - Ce. Com relação ao cheiro verde (cebolinha verde e coentro) e alface são fornecidos por um produtor de Meruoca. A banana e o tomate de Itapajé.

Isto posto, é possível identificar que há uma variedade de produtos do campo revendidos na cidade, o que leva a discutir a relação campo-cidade e a importância dessa economia informal para o município de Sobral.

Certifica-se que muitos dos trabalhadores que vendem produtos nas ruas de Sobral são também procedentes do campo, pessoas que migraram para a cidade à procura de uma vida melhor ou que de alguma forma têm ligação com o campo. Dos 25 entre-

vistados(as), 20 eram pessoas que já moraram no campo e saíram em algum momento da sua vida para tentar a vida na cidade.

É importante ressaltar que as feiras são também umas das maiores expressividades das ruralidades em Sobral, por meio delas muitos camponeses chegam à cidade e comercializam diretamente com o consumidor seus produtos. Geralmente elas ocorrem em um dia específico da semana, em outros casos, uma vez por mês, como a Feira Regional da Agricultura Familiar (Figuras 1 e 2) que ocorre mensalmente na Praça de Cuba.

Figuras 1 e 2 - Feira Regional da Agricultura Familiar, Sobral



Fonte: Autoras, 2025

Durante o diálogo com os feirantes, em sua maioria camponeses ou filhos(as) de camponeses, ficou claro a importância do conhecimento repassado entre as gerações, especialmente no que se refere ao preparo de alimentos (doces, pamonhas, bolos, etc.). Nos saberes sobre as plantas medicinais também se repete o conhecimento intergeracional; assim demonstrando que as ruralidades se apresentam para além da comercialização de produtos provenientes do campo, mas têm relação com cultura, com saberes e com a ancestralidade.

Considerações finais

A relação campo-cidade em Sobral pode ser identificada nessa pesquisa, especialmente através da comercialização de produtos oriundos do campo em diferentes pontos da cidade. Elemento que mostra que, mesmo se tratando de uma cidade média que exerce uma influência regional significativa, o trabalho no campo repercute na cidade e contribui diretamente com o sustento de centenas de famílias sobralenses.

Ressalta-se que além da comercialização de produtos provenientes do campo, costumes e aprendizados repassados entre as gerações são também expressões das ruralidades em Sobral. Um exemplo disso são receitas de plantas medicinais repassadas entre as famílias.

Levando-se em conta o que foi observado, identifica-se que as ruralidades apresentadas e vividas na cidade vão muito além da venda de um produto ou da existência de um roçado no perímetro urbano, mas têm afinidade diretamente com o conhecimento ancestral repassado entre as gerações, culturas e tradições.

Referências

ALMEIDA, Daniel Gadelha de. **Indústria e reestruturação sócio-espa-cial: a inserção de Sobral (CE) na divisão espacial da produção calça-dista**. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: LABUR edições, 2007.

CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, 11, p. 53-75, out. 1998.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

HOLANDA, V. C. C. DE., GONÇALVES, L. A. A. Ações institucionais e reestruturação da cidade média de Sobral-CE. In: HOLANDA, V. C. C. DE., GONÇALVES, L. A. A., TELES, G. A. **A cidade média de Sobral/CE**: entrelaçando olhares, experiências e saberes. Sobral: SertãoCult; Edições UVA, 2025, p. 49-72.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, S. V.; MAIA, D. S. Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese. In: MARAFON, G. J.; COSTA, E. M., eds. **Cidade e campo**: olhares de Brasil e Portugal [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 27-55. ISBN: 978-65-87949-05-5. <https://doi.org/10.7476/9786587949055.0003>.

SPOSITO, M. E. B. (et al). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.

SPÓSITO, Maria E. B. et al. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.111-130.

SPÓSITO, Maria E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Agradecimentos:

As autoras agradecem à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo fomento à pesquisa através da concessão da bolsa de pós-doutorado no edital 09/2023.



Entre rio e saberes: educação e território ribeirinho

Joana D'arc Dias Cunha

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0000-0003-2436-0783>

Luciano Laurindo dos Santos

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0000-0002-4759-6345>

Introdução

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, campus de Araguaína. A comunidade Ribeirinha Tauiry, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, município de Itupiranga, sudeste do estado do Pará, é um exemplo do processo histórico amazônico de disputas territoriais envolvendo povos tradicionais e atores com aporte de capitais nacionais e estrangeiros. Em relação ao referencial teórico, sobre a Amazônia, estamos nos alicerçando em Becker (2005) e Porto-Gonçalves (2001). No que se refere especificamente a Amazônia Oriental, as nossas referências são, Chaves (2015) e Santos (2021).

Nessa trama de disputas por território, esta pesquisa está analisando como as pessoas da comunidade Tauiry percebem a escola, a educação formal na comunidade e se há uma articulação das práticas educativas formal com a realidade ribeirinha na atualidade. A proposta metodológica escolhida para a realização deste

trabalho de pesquisa foi o estudo de caso, Yin (2001). Em relação aos procedimentos para a coleta de dados, estamos trabalhando com análise documental, observação direta, mapas, ofícios, relatórios técnicos, atas da escola e associação de moradores, caderno de campo, registro fotográfico e entrevistas temáticas.

A pesquisa está na sua fase inicial, revisão bibliográfica e documental acerca das temáticas envolvendo a pesquisa e preparação para a realização do primeiro trabalho de campo.

Esta comunidade tem um histórico de conflitos envolvendo a posse de seu território, o mais emblemático foi em meados dos anos de 1980, durante o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Atualmente, a comunidade Tauiry está novamente envolvida em uma nova trama territorial. Trata-se da disputa envolvendo o rio Tocantins, território de memórias, pesca, lazer e subsistência da comunidade, em decorrência do projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins.

Referencial teórico

O conceito de território empregado para essa pesquisa é de acordo com Saquet (2015) e Raffestin (1993). No que se refere ao debate teórico sobre ribeirinhos, seguimos o pressuposto teórico de Brito (2018), Brito e Shimasaki (2020), Brito & Santos (2024).

Temporalmente, o texto em questão faz uma breve retomada aos anos de 1950, período em que a geografia esboçava a necessidade de uma nova direção conceitual. Essa renovação e mudança no saber científico se alicerçavam nas contribuições da fenomenologia e, principalmente, do materialismo histórico e dialético. O livro traz essa análise, embasando-se em leituras de autores europeus, principalmente italianos, possibilita um resgate importante para pensar o território e as territorialidades. Uma visão muito pertinente é a compreensão de Saquet (2013) sobre a

necessidade de abandonar uma visão simplista, oriunda das relações de poder estabelecidas pelos autores sobre o conceito de território. Para ele:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade. (Saquet, 2013, p. 24).

Logo em seguida, denominado “Condicionantes e características da reelaboração do pensamento geográfico nos anos 1950-60”, revela a ruptura conceitual da geografia com suas bases tradicionais e assevera a importância do debate crítico, fruto da fenomenologia e da dialética, que permitirá um novo olhar conceitual na ciência geográfica.

Quase denomina “O conceito de território: movimento, processualidade e multiescalaridades”, traz suas contribuições a partir de uma nova visão conceitual de território, fruto da libertação da geografia tradicional e da nova visão exponencial da década de 70, que traziam, em suas análises, novas formas de pensar sobre o conceito de território. Tais abordagens oportunizaram profícuos caminhos para novas discussões sobre o território para a geografia, como: territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

É uma perspectiva materialista que indica a necessidade de compreensão de idéias (conhecimentos, experiências), considerando o processo histórico e transescalar através da circulação e de redes de comunicação e, também, está voltada ao entendimento da problemática do desenvolvimento e suas manifestações territoriais. (Saquet, 2013, p. 74).

Nesse sentido, considera-se que a organização política das comunidades tradicionais ribeirinhas são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio – histórica da região amazônica. Nessa perspectiva dos conhecimentos das comunidades tradicionais, os saberes foram adquiridos através das populações indígenas que habitam na região, desde o momento que antecedem ao processo de colonização.

Chaves (2001) afirma que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural. Para a autora, os agentes sociais identificados como ribeirinhos.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea³, nos barrancos, os saberes sócio históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores (Chaves, 2001, p. 78).

Desta forma, as comunidades tradicionais ribeirinhas é o locus onde os ribeirinhos estabelecem as relações sociais, em que o rio lhes traduz um significado muito grande, configurando – se como complementos de suas vidas ou, até mesmo, de suas próprias vidas, como descreve Cruz (1999, p. 04),

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e

baixar das águas. O ribeirão lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

É evidente, que o rio influencia, inclusive, a própria construção das casas dos ribeirinhos, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam pelo rio amazônico, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para os ribeirinhos.

Vale ressaltar que as comunidades tradicionais ribeirinhas não são isoladas no tempo e espaço; distanciadas umas das outras, elas estabelecem conexões e vínculos entre si. Por exemplo, as sociedades urbanas necessitam da produção agrícola e extrativista da vida rural para sobreviver. Já em contrapartida, as comunidades tradicionais precisam estabelecer trocas com a sociedade urbana – industrial para adquirirem acesso e bens e serviços que garantam sua reprodução social.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de trabalho dos ribeirinhos, no qual se fundamentam para o desenvolvimento de técnicas simples, apropriadas ao atendimento de suas necessidades prioritárias. Dentre essas atividades desenvolvidas, destacam-se: a pesca e a produção agrícola para subsistência.

Metodologia

A proposta metodológica escolhida para a realização deste trabalho de pesquisa foi o estudo de caso, Yin (2001), a partir de uma estrutura que contenha as seguintes fases: Iniciando com a delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório final.

O caso a ser estudado é a educação escolar formal na comunidade ribeirinha Tauiry, localizada na Margem esquerda do rio Tocantins, na Amazônia Orienta, município de Itupiranga, sudeste do estado do Pará. Os entrevistados neste caso serão os representantes da associação de moradores, anciãos, jovens e adultos desta comunidade, incluindo os que estudaram na escola nos últimos 05 anos e aqueles que não frequentaram a escola da comunidade.

Em relação aos procedimentos para a coleta de dados, estamos utilizando análise documental, observação direta, mapas, ofícios, relatórios técnicos, atas da escola e associação de moradores, caderno de campo, registro fotográfico e entrevistas temáticas (Chizzotti, 2006; GIL, 1995; Gomes, 1994).

No decorrer do primeiro e segundo trabalho de campo identificamos potenciais entrevistados, representantes da comunidade, representante de movimentos sociais e organização não governamentais defensora dos territórios ribeirinhos, presidente de associação, professores da escola com mais tempo de casa, estudantes da escola maiores de idade, anciões da comunidade e pescadores experientes.

A elaboração do roteiro de entrevista será elaborado com base nos objetivos desta proposta de pesquisa e em documentos bibliográficos basilares para essa fase de pesquisa.

Após essa fase na qual estabelecemos os possíveis entrevistados, faremos o processo de apresentação do projeto de pesquisa e o convite para a participação na condição de entrevistado, com assinatura de um termo, seguindo os padrões de pesquisa da UFNT. Após a sinalização do aceite por parte dos entrevistados, agendaremos local e data para a conversa, sempre respeitando as condições impostas pelo entrevistado, inclusive, a permissão ou não para divulgação do seu nome no relatório final.

Realizadas todas as entrevistas, o processo de transcrição e a análise, caso seja necessário iremos a campo novamente para

buscarmos respostas a alguma lacuna. O processo final, será a organização das entrevistas no relatório final para apreciação da banca do programa de mestrado em Geografia da UFNT.

Resultados e discussão

A pesquisa está na fase inicial, revisão bibliográfica e documental acerca das temáticas envolvendo a pesquisa e preparação para a realização do primeiro trabalho de campo.

Considerações finais

A pesquisa em curso, visa produzir um material científico capaz de provocar um debate constante na sociedade local e nacional no que concerne aos direitos dos povos tradicionais, nesse caso específico, os ribeirinhos, sujeitos amazônicos de direitos.

A pesquisa atende a área de concentração do mestrado em Geografia da UFNT, no que concerne ao estudo das dinâmicas espaciais com foco nos estudos, nesse caso, sobre território, com complexidade geográfica, ao passo que pretendemos evidenciar através do debate sobre educação formal e território ribeirinho, os desafios cotidianos de uma comunidade ribeirinha frente às dinâmicas territoriais que os povos tradicionais da Amazônia Oriental vivenciam atualmente.

Referências

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos avançados**. v.19.n.53.2005. disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em 19 de março de 2024.

BRITO, Eliseu Pereira de. Sobre os ribeirinhos tocantinenses: história e resistências . **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinarida-**

de, v. 4, n. 14, p. 33–48, 23 Out 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7116>. Acesso em: 17 abr 2025.

Brito, E. P. et SHIMASAKI, M. M. Territórios e identidades dos ribeirinhos pescadores vazanteiros do rio Araguaia em Araguatins, Tocantins», **Confin**s [En ligne], 48 | 2020, mais en ligne le 19 décembre 2020, consulté le 19 mars 2025. URL: <http://journals.openedition.org/confin/34236>. Acesso em 19 de março de 2024.

BRITO, E. P. de; SANTOS, L. L. dos; SANTOS, L. L. dos. Memórias ribeirinhas e hidrelétricas na Amazônia: o caso da barragem de Tucuruí. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 16, p. e 00111, 2024. Disponível em: <https://geopuc.emnuvens.com.br/revista/article/view/111>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. **Revista de Geografia da Universidade do Amazonas**, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CHAVES, Patricia Rocha. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012017-121543/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos e Pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995.

Yin R. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Porto-Gonçalves C.W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto.2011.

PORTO GONÇALVES, C. V. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



Uma leitura do programa de reciclagem Boti Recicla do Grupo Boticário

Areta Elen Silva Pimenta

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0009-0002-9372-6208>

Elias da Silva

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

<https://orcid.org/0009-0006-7121-5094>

Introdução

O desenvolvimento sustentável tornou-se um dos principais eixos das estratégias corporativas na contemporaneidade, especialmente diante da crescente pressão por práticas ambientais responsáveis. No setor de cosméticos, caracterizado pelo intenso uso de embalagens e pelo consumo em larga escala, a gestão dos resíduos sólidos emerge como uma preocupação central. Nesse contexto, o programa Boti Recicla, desenvolvido pelo Grupo Boticário, surge como uma das maiores iniciativas de logística reversa de embalagens no Brasil, envolvendo consumidores, parceiros e pontos de coleta distribuídos em centenas de cidades.

A proposta do Boti Recicla articula valores ambientais, responsabilidade social e identidade de marca, refletindo um novo tipo de consumo orientado para a consciência ecológica. No entanto, a compreensão desse programa exige uma análise que vá além dos discursos institucionais, situando-o no espaço geográfico em que se concretiza.

Como aponta Santos (2006, p. 58), “[...] a realidade é formada não apenas pelos objetos e ações, mas também pelos valores e pelo uso que se faz desses objetos e dessas ações no espaço”. Assim, pensar o Boti Recicla no território em que se insere – seja em escala nacional ou local, como em Araguaína (TO) – implica reconhecer a articulação entre técnica, cultura, sociedade e natureza.

O presente estudo tem como objetivo realizar uma leitura crítica do programa Boti Recicla, do já citado Grupo Boticário, a partir de uma revisão de literatura que articule as dimensões técnicas, espaciais e socioambientais da iniciativa. Busca-se compreender como esse programa de logística reversa dialoga com os desafios da sustentabilidade urbana, com a educação ambiental e com os conceitos de tecnosfera e psicosfera, à luz da teoria geográfica de Milton Santos. Além disso, propõe-se refletir sobre a percepção social dessas práticas no contexto local, especialmente em cidades como Araguaína, onde o programa está presente.

Empresas globais e gestão do território

O Grupo Boticário representa um dos casos mais expressivos de internacionalização de uma empresa brasileira no setor de cosméticos, alcançando a condição de uma empresa global com origem nacional. Fundada em Curitiba no ano de 1977, a marca passou de uma pequena farmácia de manipulação para um conglomerado empresarial com presença internacional, englobando outras marcas como Eudora, Quem Disse, Berenice? Vult e Beautybox. Sua atuação vai além do mercado brasileiro, com presença em diversos países e exportações para mais de 15 nações, posicionando-se como um dos maiores grupos de cosméticos da América Latina (Grupo Boticário, 2024).

A estratégia de crescimento do Boticário baseia-se em dois pilares: o modelo de franquias e a expansão de sua cadeia de valor

de forma integrada e sustentável. O sistema de franquias permitiu a consolidação da marca em todo o território nacional e, posteriormente, sua expansão internacional, com adaptação às dinâmicas locais de consumo. Essa forma de organização corporativa expressa o que Santos (2006) denomina uso corporativo do território, em que grandes empresas utilizam as infraestruturas técnicas e normativas do espaço para assegurar sua reprodução e o domínio econômico. Como afirma o autor, “A empresa transnacional utiliza o território como um recurso. Ela manipula os lugares, articula os fluxos, impõe normas e distribui técnicas, conformando um espaço funcional às suas necessidades” (Santos, 2006, p. 254).

Nesse sentido, o Grupo Boticário não apenas opera no território, mas o modela de acordo com seus interesses logísticos, mercadológicos e ambientais, inserindo-se em redes globais de produção e consumo. Essa dinâmica revela como o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, condição e produto da globalização. A empresa se apropria das potencialidades técnicas locais (mão de obra, logística urbana, consumo regional) ao mesmo tempo que projeta um discurso homogêneo de sustentabilidade e inovação que dialoga com a demanda global por responsabilidade socioambiental (Sachs, 2002; Tavares; Varzoni Júnior; Henrique, 2019).

Além disso, o Boticário insere-se no contexto contemporâneo em que o consumo passa a desempenhar um papel simbólico relevante, articulando valores subjetivos como identidade, autoestima e pertencimento. Isso é especialmente evidente na indústria da beleza, na qual os produtos deixam de ser meros bens de consumo e passam a representar narrativas sociais, aspiracionais e éticas. Nesse cenário, o fortalecimento de ações como o programa Boti Recicla também faz parte da construção da imagem de uma marca consciente e alinhada às agendas ambientais globais (Castillo; Gómez, 2014; Ghisellini; Cialani; Ulgiati, 2016).

Segundo Corrêa (1996, p. 24), “[...] a gestão do território está focalizada em centros urbanos, falando-se então em centros de gestão do território”. As empresas que se destacam por terem maior visibilidade dentro do território são as que realizam todo o planejamento visando à obtenção de lucro. Assim, o território torna-se um espaço de disputa e encontro de poderes entre as empresas.

Portanto, a trajetória do Grupo Boticário revela a complexa articulação entre o local e o global, entre o consumo e a sustentabilidade e entre o território e o mercado. A atuação da empresa evidencia o modo como corporações contemporâneas transformam o espaço geográfico em um campo estratégico de gestão e poder, mobilizando fluxos materiais e simbólicos para consolidar sua presença global a partir de raízes locais.

São as corporações multifacetadas e com múltiplas localizações que, na fase atual do capitalismo, desempenham o mais importante papel na organização do espaço, “[...] garantindo eficientemente a acumulação capitalista e a reprodução de suas condições de produção” (Corrêa, 1996, p. 23). O sistema de franquias tornou-se uma das principais estratégias de expansão de marcas no mundo globalizado, permitindo que empresas ampliem sua presença territorial com custos operacionais reduzidos e com maior capilaridade mercadológica. No caso do Grupo Boticário, por exemplo, esse modelo foi essencial para consolidar sua marca nacionalmente e possibilitar sua inserção internacional.

A franquia, enquanto modelo de negócio, opera como uma forma de reprodução padronizada da identidade da marca, ao mesmo tempo que se adapta às dinâmicas regionais de consumo. Isso caracteriza o que Santos (2006) aponta como uma das marcas da globalização corporativa, em que os territórios passam a ser moldados por normas técnicas e estéticas difundidas globalmente pelas grandes empresas. Assim, o território local é transformado

em um fragmento do espaço global, sem perder completamente suas características singulares.

Como ressalta Castillo e Gómez (2014), o sistema de franquias em empresas como O Boticário e Natura representa um mecanismo de sinergia entre padronização e flexibilidade, que permite tanto o controle da imagem da marca quanto a adaptação às práticas culturais locais. Isso demonstra que, mais do que um simples modelo comercial, a franquia constitui uma ferramenta de gestão territorial sofisticada, capaz de garantir a escala global sem perder o vínculo com o território local.

A indústria da beleza tem se consolidado como uma das mais influentes no cenário global, movimentando bilhões de dólares e operando em torno de narrativas que envolvem autoestima, bem-estar e identidade. Na lógica da pós-modernidade, o consumo deixa de ser apenas uma necessidade material e se transforma num instrumento de expressão pessoal e construção simbólica do “eu”.

Conforme a perspectiva de Santos (2006), o espaço não é apenas um suporte técnico, mas também um espaço de valores, no qual os objetos e ações carregam significados simbólicos que orientam o comportamento das pessoas. No caso dos cosméticos, esses produtos deixam de ser simples mercadorias para se tornarem bens de subjetividade, representando status, pertencimento, juventude ou autoestima.

Estudos como os de Reis (2019) e Gorni et al. (2016) indicam que consumidores de cosméticos estão cada vez mais atentos não apenas à função estética dos produtos, mas também à sua origem ética, à sua composição ambientalmente responsável e ao vínculo com causas sociais. Esse fenômeno está diretamente ligado à emergência de um consumidor reflexivo, que procura alinhar seus valores individuais com suas escolhas de consumo – o que torna programas como o Boti Recicla ainda mais relevantes na construção da imagem das marcas.

Nesse sentido, a indústria da beleza articula o desejo individual com a lógica global, e o ato de consumir passa a ser também um gesto de reivindicação de identidade e pertencimento. Como sintetiza Bauman (2001), “na sociedade de consumo, somos aquilo que consumimos” – uma frase que ganha ainda mais sentido no contexto da estética e da beleza na atualidade.

A partir da leitura de Santos (2006), é possível compreender que a globalização, embora muitas vezes seja apresentada como um processo homogêneo e desterritorializado, se concretiza no território através de objetos técnicos, normas regulatórias, fluxos econômicos e práticas sociais. Nesse contexto, empresas globais como o Grupo Boticário participam de forma ativa na redefinição do espaço geográfico.

Santos (2006) afirma que a empresa global não existe fora do território – ela precisa de um lugar para se instalar, operar, circular e controlar. É por meio do território que ela materializa suas estratégias e estabelece seus canais de distribuição, seus pontos de venda e suas redes logísticas. Assim, o espaço se torna um instrumento de ação, não apenas um pano de fundo passivo.

O Grupo Boticário é um exemplo claro dessa lógica: ele atua como um agente produtor do espaço, criando uma infraestrutura de pontos de venda, centros de distribuição e ações ambientais (como o Boti Recicla), que interferem diretamente na organização urbana e no comportamento dos consumidores. Essa territorialização empresarial está ancorada em uma racionalidade técnica que visa à eficiência e ao controle, mas também precisa dialogar com as expectativas culturais e ambientais do território local (Santos, 2006).

A coexistência de técnicas modernas com práticas locais, analisada por Santos (2006), como a dualidade entre a “verticalidade” e a “horizontalidade” do espaço, se expressa, por exemplo, na forma como O Boticário atua em cidades do interior como

Araguaína (TO), reproduzindo padrões globais de consumo e, ao mesmo tempo, adaptando-se à realidade regional. O local, nesse contexto, não é anulado pelo global, mas é constantemente reconfigurado por ele.

Histórico e caracterização da empresa O Boticário em Araguaína

A chegada da marca O Boticário à cidade de Araguaína integra um movimento mais amplo de expansão nacional por meio do sistema de franquias iniciado nas décadas de 1980 e 1990. A escolha por cidades de médio porte, com potencial de consumo crescente, fez parte de uma estratégia voltada para o interior do país, buscando descentralizar a atuação da marca em relação às grandes capitais.

Em Araguaína, a implantação da marca se deu em um contexto de urbanização acelerada, crescimento da classe média e desenvolvimento do setor de serviços. A loja pioneira foi recebida positivamente pela população, que já demonstrava forte interesse por produtos cosméticos e cuidados pessoais. A presença de O Boticário na cidade se consolidou rapidamente devido à força da marca nacional, ao apelo da estética e à qualidade percebida dos produtos.

Esse processo de inserção comercial reflete o que Santos (2006) denomina periferização do consumo global, em que marcas globais se instalam em localidades distantes dos centros econômicos tradicionais, contribuindo para a redefinição do espaço urbano e da cultura de consumo regional.

Atualmente, Araguaína conta com sete lojas de O Boticário, distribuídas de forma estratégica em diferentes regiões da cidade. Uma análise territorial evidencia que quatro delas estão concentradas na região central, nas proximidades de áreas co-

merciais intensas – como shopping centers, avenidas principais e centros de serviços. As demais estão em áreas mais afastadas, atuando como pontos de acesso periféricos, voltados a bairros residenciais e públicos específicos.

Esse mapeamento revela uma lógica de expansão territorial pensada em função da mobilidade urbana, do fluxo de consumidores e da visibilidade comercial. A concentração central demonstra a busca por densidade e alto giro de vendas, ao passo que as lojas periféricas atendem à demanda local e evitam o deslocamento do consumidor.

Para Santos (2006), essa lógica representa a coexistência de usos seletivos do território, em que o espaço urbano é apropriado de maneira desigual pelas grandes corporações, criando áreas de alta densidade técnica e outras com funções secundárias, mas ainda essenciais à reprodução do consumo.

A presença de O Boticário em Araguaína deve ser compreendida não apenas como uma manifestação econômica, mas como um elemento ativo da produção do espaço urbano. A loja de cosméticos transforma a rua, a calçada, o entorno. Ela organiza fluxos de consumidores, influencia o valor imobiliário e redefine o perfil funcional de determinadas áreas da cidade.

A lógica do consumo contemporâneo atribui centralidade à experiência – não se consome apenas o produto, mas também o ambiente, o atendimento, o valor simbólico. Nesse sentido, as lojas de O Boticário funcionam como “espaços de desejo” que articulam estética, identidade e pertencimento. Essa lógica impacta diretamente a configuração espacial de Araguaína, promovendo centralidades comerciais e induzindo novas formas de ocupação urbana.

De acordo com Gonçalves et al. (2019), o consumo de cosméticos está associado à busca por autoestima e inserção social, o que reforça a presença dessas lojas em regiões de destaque comercial, onde o consumo se torna visível e valorizado.

A atuação do Grupo Boticário em Araguaína materializa a dimensão concreta da globalização no território local. A loja da esquina não é apenas um ponto de venda, ela é o resultado de uma rede complexa de decisões globais, produção industrial em larga escala, campanhas de marketing nacionais e práticas logísticas avançadas.

Para Santos (2006), essa articulação entre o local e o global é mediada por um meio técnico-científico-informacional, que permite que uma marca como O Boticário mantenha a padronização de sua atuação enquanto se adapta às especificidades do território. Ele afirma: “É no lugar que se realiza a síntese do mundo, pois é ali que o global se encontra com o singular, o técnico com o cotidiano, o distante com o próximo” (Santos, 2006, p. 272).

Nesse contexto, a presença de O Boticário em Araguaína expressa uma forma de hibridização territorial, em que o consumo globalizado encontra práticas locais, gostos regionais e dinâmicas urbanas específicas. A empresa, ao ocupar o território, contribui para um novo arranjo urbano, caracterizado por uma urbanização corporativa, e a cidade passa a responder a lógicas econômicas transnacionais.

Materiais e métodos

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de caráter qualitativo, fundamentada na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos institucionais sobre sustentabilidade, consumo consciente e educação ambiental. A abordagem adotada é de natureza exploratória e interpretativa, com base teórica centrada no pensamento de Milton Santos, especialmente em sua obra *A Natureza do Espaço* (2006), complementado por autores como Ignacy Sachs, Pedro Jacobi e Patrizia Ghisellini, que contribuem com reflexões sobre desenvolvimento sustentável, economia circular e cidadania ambiental.

Além das fontes teóricas, também foram utilizados materiais institucionais produzidos pelo Grupo Boticário, como relatórios de sustentabilidade, sites e documentos informativos sobre o programa Boti Recicla. Esses dados foram interpretados a partir de uma perspectiva geográfica crítica, destacando as implicações espaciais e sociais da ação corporativa ambiental, considerando as interações entre o global e o local, conforme enfatiza Santos (2006).

Resultados e discussão

O Boti Recicla é reconhecido como o maior programa de logística reversa do setor cosmético brasileiro, funcionando como uma importante ferramenta de responsabilidade socioambiental corporativa. De acordo com o Relatório ESG 2023 do Grupo Boticário, o programa já recolheu mais de 2.300 toneladas de embalagens desde sua criação, atuando em cerca de quatro mil pontos de coleta em todas as regiões do Brasil (Grupo Boticário, 2024).

Sua estrutura baseia-se no engajamento direto do consumidor, que é convidado a devolver as embalagens vazias nas lojas participantes. Esse modelo coloca a empresa em sintonia com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo um compromisso com a logística reversa e a economia circular (Foltran, 2021; Costa, Costa; Freitas, 2021). Além disso, evidencia a tentativa da empresa de alinhar sua imagem de marca ao discurso da sustentabilidade e do consumo consciente.

O programa também funciona como um diferencial competitivo, reforçando o valor simbólico dos produtos de O Boticário como não apenas estéticos, mas também éticos e sustentáveis. No entanto, seu impacto socioambiental depende da compreensão e da participação ativa da sociedade, o que remete à importância da educação ambiental.

O consumo consciente ultrapassa a escolha individual e se insere como uma prática educativa que transforma a relação entre sujeito, sociedade e meio ambiente. De acordo com Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser vista como um processo contínuo de formação da cidadania, voltado à construção de valores sustentáveis no cotidiano.

Nesse sentido, programas como o Boti Recicla só atingem seu potencial transformador quando articulados a práticas educativas que fortaleçam a responsabilidade compartilhada entre empresa, consumidor e poder público. Essa perspectiva é reforçada por Gonçalves et al. (2019), que apontam para a importância de ações permanentes de comunicação ambiental que incentivem o descarte correto e a participação ativa da população.

No caso do Grupo Boticário, a presença do programa nas lojas representa um passo importante, mas é necessário ampliar a dimensão pedagógica da iniciativa. Isso inclui campanhas informativas mais acessíveis e parcerias com escolas, associações comunitárias e universidades, criando um ecossistema educativo que aproxime a sustentabilidade da realidade local.

Para Santos (2006), a crise ambiental que vivemos está diretamente ligada à dominância da tecnosfera – o conjunto de técnicas, objetos e sistemas que transformam o espaço –, muitas vezes sem considerar as consequências sociais e ecológicas. O uso da técnica se dá, na maior parte dos casos, sem uma intencionalidade ética, o que agrava a degradação do meio ambiente. Assim, tem-se que “A técnica só se humaniza quando é colocada a serviço do homem. Caso contrário, serve apenas para aumentar a distância entre os que têm acesso a ela e os que não têm” (Santos, 2006, p. 78).

Santos (2006) propõe a valorização da psicosfera – isto é, o campo das emoções, dos valores, dos saberes locais e dos sentimentos coletivos – como caminho para uma reconciliação entre técnica

e ética. O Boti Recicla, enquanto solução técnica, só terá efeitos concretos se encontrar eco na psicosfera da sociedade, isto é, se for compreendido, valorizado e apropriado pelas pessoas como parte de seu cotidiano e de suas convicções ambientais.

Dessa forma, a sustentabilidade corporativa não pode se limitar à tecnologia e à coleta seletiva. É necessário que haja aproximação com os territórios, escuta ativa das comunidades e transformação cultural profunda, capaz de gerar novos hábitos e valores.

Em levantamento exploratório com moradores e consumidores de Araguaína, percebeu-se que, embora a marca O Boticário seja amplamente reconhecida e valorizada por sua qualidade e estética, a maioria desconhecia ou não compreendia plenamente o funcionamento do programa Boti Recicla. Isso revela uma lacuna entre o discurso institucional e a prática social, reforçando a necessidade de ações mais diretas e educativas no território.

Alguns participantes demonstraram interesse pela proposta de devolver embalagens, mas indicaram que a falta de informação clara, a ausência de incentivos e o despreparo de algumas unidades para orientar os clientes comprometem a eficácia do programa. Por outro lado, consumidores mais jovens e escolarizados apresentaram maior consciência ambiental e tendência ao engajamento em iniciativas ecológicas, o que evidencia um potencial de expansão por meio da educação.

Essas percepções locais demonstram a importância de pensar a sustentabilidade de forma situada e dialógica, respeitando o contexto urbano e cultural em que a empresa está inserida. Como defende Santos (2006), os processos globais somente ganham densidade quando se articulam com o local, e é nesse espaço que a ética, a política e a prática ambiental devem se encontrar.

Considerações finais

Este trabalho analisou a atuação do Grupo Boticário como uma empresa brasileira de alcance global, explorando sua presença territorial por meio do sistema de franquias, sua relevância no setor da beleza e suas práticas voltadas à sustentabilidade. Com base na perspectiva geográfica e crítica, foi possível compreender como a marca articula escalas locais e globais, influenciando a organização dos espaços urbanos, os hábitos de consumo e as dinâmicas ambientais contemporâneas.

A trajetória de O Boticário mostra como empresas nacionais podem se internacionalizar sem perder sua identidade de origem, utilizando o território como recurso estratégico para expansão e consolidação. O sistema de franquias, nesse contexto, se revelou fundamental para alcançar diferentes públicos e regiões, mantendo a padronização da marca ao mesmo tempo que permite certa adaptação ao contexto local.

A análise da cidade de Araguaína (TO) destacou como a presença de O Boticário se dá de maneira estruturada, com lojas distribuídas de forma a atingir tanto centros comerciais quanto áreas periféricas, reafirmando seu papel como agente organizador do espaço urbano. A marca não apenas ocupa o território, mas participa ativamente da sua produção e transformação, por meio do consumo, da estética e da circulação de valores simbólicos associados à beleza, à autoestima e ao status social.

Ao abordar o programa Boti Recicla, observou-se o esforço da empresa em incorporar práticas de responsabilidade socioambiental ao seu modelo de negócios. No entanto, foi possível identificar que, apesar da estrutura técnica consolidada, o engajamento da sociedade local ainda é limitado, sobretudo pela carência de informação e de práticas educativas contínuas. A sustentabilidade, para se efetivar plenamente, precisa ser en-

tendida como um processo que envolve valores, cultura e participação cidadã.

Dessa forma, conclui-se que o Grupo Boticário exemplifica os desafios e as potencialidades das grandes empresas em tempos de globalização. Seu modelo de atuação demonstra a complexidade das relações entre o espaço, a técnica, o consumo e a sustentabilidade. Cabe à sociedade e às instituições fortalecer os processos de educação ambiental, ampliar os debates sobre o papel das empresas no território e fomentar uma cultura de consumo consciente e responsável.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

BESSEN, Gina R.; JACOBI, Pedro Roberto; FREITAS, Luciana. Política Nacional de Resíduos Sólidos – Implementação e monitoramento de resíduos urbanos. *Sustinere. Revista de Saúde e Educação*, v. 6, n. 1, p. 219-220, 2018.

CASTILLO, Leonardo; GÓMEZ, Carla Pasa. A logística reversa como mecanismo promotor do consumo sustentável: O caso da Natura e do Boticário. In: **Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. 2014. p. 1-12. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-logstica-reversa-como-mecanismo-promotor-do-consumo-sustentvel-o-caso-da-natura-e-do-boticrio-12715>. Acesso em: 10 set. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Pedro Moura; COSTA, Mauricio Moura; FREITAS, Luciana. **Créditos de Logística Reversa** – Uma inovação sócio-ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: estudo de caso da BVRio no Brasil. BVRio, 2017. Disponível em: <https://www.circularactionhub.org/wp-content/uploads/2021/10/Cre%CC%81ditos-de-Logi%CC%81stica-Reversa-%E2%80%93-Uma-Inovac%CC%A7a%CC%83o-So%CC%81cio-Ambien->

[tal-para-Gesta%CC%83o-de-Resi%CC%81duos-So%CC%81lidos-Urbanos.pdf](#). Acesso em: 10 set. 2025.

FOLTRAN, Larissa Schumekel. **Política Nacional de Resíduos Sólidos no mercado de cosméticos: estudo de caso:** logística reversa por O Boticário. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Química) – Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/4895c3f1-dfd9-4ae2-b89c-ae5cf8105a15/Larissa_versao_final.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

GHISELLINI, Patrizia; CIALANI, Catia; ULGIATI, Sergio. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 114, p. 11-32, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652615012287>. Acesso em: 10 set. 2025.

GONÇALVES, Paulo Vitor dos Santos et al. Responsabilidade compartilhada sobre os resíduos sólidos e Educação Ambiental no contexto urbano amazônico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental** (RevBEA), v. 14, n. 4, p. 360-373, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/2725/7311>. Acesso em: 10 set. 2025.

GORNI, Patrícia Monteiro et al. Consciência ambiental e sua influência sobre o comportamento de compra com vistas a preocupação ambiental. **Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 7-31, jan./abr. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22468/1/2016_art_pmgorni.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

GRUPO BOTICÁRIO. **Relatório ESG 2023**. Curitiba: Grupo Boticário, 2024. Disponível em: https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Relatorio_ESG_23.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

GUIMARÃES, Kamila de Oliveira; RIBEIRO, Flavio de Miranda. Logística Reversa de embalagens em geral: avaliação do Acordo Setorial a partir das recomendações internacionais. In: **Anais Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente** (ENGEMA), v. 18, 2016. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/192.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktg-nt/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2025.

PEREIRA, João Launé. **Sustentabilidade**: práticas e resultados obtidos com a Logística Reversa. 2019. Tese (Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização) – Instituto Superior de Gestão (ISG), São Luís, 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/e1fb0863-086e-4520-80dc-828905e9d23f>. Acesso em: 10 set. 2025.

REIS, Carolina Santos. **Estudo de caso**: uma investigação da atitude e do comportamento ambientais dos consumidores de cosméticos orgânicos e naturais. 2019. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50063/1/2019_tcc_cs-reis.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

ROCHA, Letícia Dagostin; FERREIRA, Suzilani Zappelini. Uma análise do perfil do comportamento e do conhecimento de acadêmicos sobre o descarte de embalagens cosméticas. **Tecnologia em Cosmetologia e Estética**, Tubarão, 2018. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/260d2c04-d4ab-4c99-801a-a64d15e37cdb/content>. Acesso em: 10 set. 2025.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TAVARES, Lúcia Maria; VARZONI JÚNIOR, Maurício; HENRIQUE, Valésca Dias. Governança corporativa e sustentabilidade: aplicação do triple bottom line no segmento de cosméticos. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa** (ISSN 2447-8024), v. 4, n. 1, p. 2-18, 2019. Dispo-

nível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/download/2025/1428/6886>. Acesso em: 10 set. 2025.

TEIXEIRA, Alan José de Oliveira Teixeira. Empreendedorismo: a assertividade do setor de cosméticos. **Administração de Empresas em Revista**, v. 2, n. 16, p. 243-261, 2020. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/1673/371372420>. Acesso em: 10 set. 2025.



Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial: um estudo a partir do projeto de assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis - Tocantins

Cayo Cesar Gregorio da Costa e Silva

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9024-0004>

Eliseu Pereira de Brito

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2788-6636>

Introdução

A organização do território, especialmente nas áreas rurais do norte do Tocantins, exige estratégias que integrem o crescimento econômico à preservação ambiental e ao reconhecimento da sociobiodiversidade. As geotecnologias, por meio do sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas (SIG) e geoprocessamento, possuem um grande potencial para apoiar esse processo. Este estudo analisa a utilização dessas ferramentas no Projeto de Assentamento Amigos da Terra, localizado em Darcinópolis-TO, com a finalidade de compreender de que maneira a implementação dessas tecnologias pode contribuir para um ordenamento territorial mais eficaz e participativo.

O estudo utiliza métodos qualitativos, integrando pesquisa de campo, mapeamento com drone, análise de mapas e diálogos com a comunidade. Os primeiros resultados indicam que as

geotecnologias, quando integradas ao conhecimento tradicional, aprimoram o diagnóstico territorial, potencializam a gestão dos recursos naturais e podem contribuir para a formulação de políticas públicas que atendam às demandas locais.

O objetivo principal desta pesquisa é avaliar a habilidade das geotecnologias de atuar como ferramentas de apoio ao planejamento territorial, com foco na comunidade rural do P.A. em Tocantins. Amigos da Terra.

O objetivo do estudo das relações entre a comunidade e o espaço é compreender os impactos das atividades humanas e as demandas específicas dessas populações, para auxiliar na compreensão do território pelos próprios atores locais, fundamentado na sociobiodiversidade.

É importante ressaltar que a organização do território da região norte do Tocantins é um processo complexo e multifacetado. De acordo com Souza (2008, p. 68), “o espaço social é multifacetado, e o território (territorialidade) é uma dessas facetas”. A região apresenta particularidades históricas, sociais, econômicas e ambientais, que constituem seus desafios e oportunidades. O território, que possui vastas áreas rurais e uma biodiversidade rica, exige estratégias específicas para tratar de suas características (Costa, 2005).

Contextualização

Os desafios enfrentados pelas comunidades locais estão relacionados ao histórico de ocupação e expansão desordenada, resultado do processo de colonização da região norte do atual estado de Goiás, Tocantins. Essa ocupação desarticulada levou a mudanças nos limites geográficos e à fragmentação de territórios historicamente ocupados, impactando de forma significativa a estrutura social e produtiva das comunidades (Haesbaert, 2004).

O crescimento das áreas agrícolas, motivado por interesses financeiros e políticas de desenvolvimento rural, tem gerado um aumento na pressão sobre os recursos naturais. Isso se reflete no aumento da deterioração ambiental e na redução da biodiversidade, consequências diretas do uso excessivo dos ecossistemas (Becker, 2005).

Ademais, o crescimento urbano descontrolado piora a situação, colocando em risco a sustentabilidade dos territórios e afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas que dependem desses ambientes (Santos, 1996).

Nesse cenário, é cada vez mais necessário pensar em um planejamento territorial realmente integrado, que concilie o crescimento econômico com a preservação ambiental. Este procedimento deve levar em conta os aspectos socioculturais das comunidades locais e incentivar práticas de uso do solo sustentáveis, incorporando estratégias para a justiça socioambiental e o fortalecimento da resiliência ecológica dos territórios (Moraes, 2012).

O Cerrado, conhecido por sua rica biodiversidade e importância na regulação dos recursos hídricos do Brasil, tem passado por processos complexos de ocupação e transformação territorial ao longo dos anos. No norte de Goiás, por exemplo, os efeitos de uma reconfiguração espacial são claros, marcados pela expansão da agropecuária e por políticas públicas que muitas vezes ignoram as necessidades e realidades locais (Lima; Silva, 2015).

Essa reestruturação do território tem afetado diretamente as comunidades tradicionais e rurais, que enfrentam desafios consideráveis, como a imposição de novos limites, perda de controle sobre suas terras e fragilidade das instituições encarregadas de proteger seus direitos. Ao mesmo tempo, o avanço da fronteira agrícola, a exploração intensiva dos recursos naturais e a urbanização desmedida têm imposto uma pressão crescente sobre os

ecossistemas do Cerrado (Sano; Almeida; Rodrigues, 2019). Isso torna essencial a adoção de estratégias de planejamento mais sustentáveis para a área.

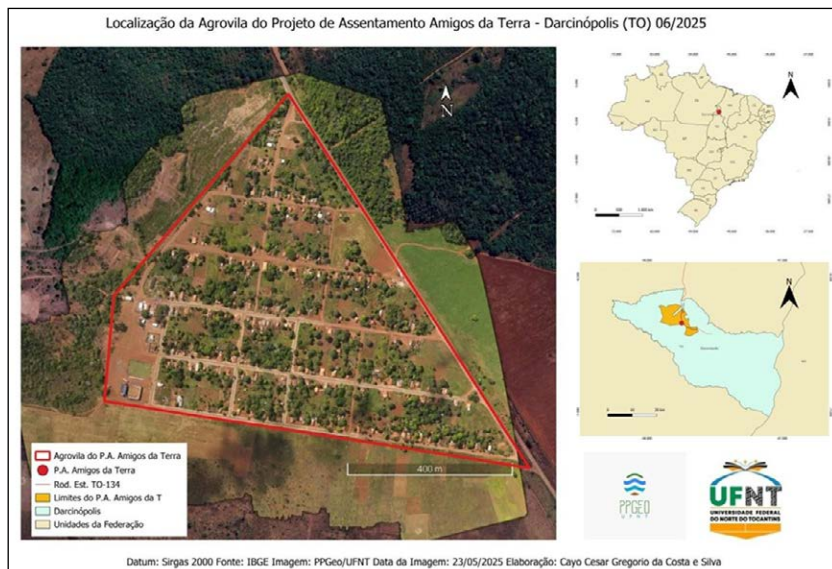
As disparidades sociais nas comunidades rurais do norte do Tocantins são bastante visíveis e se manifestam principalmente nas barreiras ao acesso à terra, à infraestrutura básica, a serviços essenciais e a oportunidades de desenvolvimento. Esse cenário exige a criação de políticas públicas específicas, desenvolvidas para enfrentar de forma eficiente as desigualdades socioeconômicas (Silva; Rocha, 2020). Ademais, a fragilidade das estruturas institucionais, tanto nos municípios quanto no próprio Estado, dificulta a implementação de ações voltadas ao ordenamento territorial, comprometendo o avanço de projetos que buscam planejar e gerir melhor esses espaços.

Este estudo tem como foco o Projeto de Assentamento Amigos da Terra, criado em 1999. Conforme mostrado na figura 1, ele está localizado no município de Darcinópolis, na parte norte do Tocantins. Com aproximadamente 166 famílias, a comunidade ilustra de maneira significativa os desafios e as oportunidades no processo de ordenamento do território rural.

Além disso, vale destacar que os principais motivos para conduzir o estudo em comunidades rurais estão relacionados à análise de sua diversidade, ao acesso aos recursos naturais, ao passado e ao contexto social. Considerando esses aspectos, a pesquisa busca compreender melhor o contexto e destacar as informações coletadas para o planejamento territorial.

A falta de informações geográficas, como a geolocalização das principais atividades econômicas e potencialidades da comunidade, componentes da sociobiodiversidade, características territoriais, entre outros, é o foco principal do estudo na formação comunitária do P.A. Amigos da Terra, com o objetivo de organizar territorialmente a mesma.

Figura 1 - Localização da Agrovila do Projeto de Assentamento Amigos da Terra – Darcinópolis (TO) 06/2025



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Dentro desse contexto, destaca-se a falta de conhecimento sobre esses dados, o que torna essa comunidade vulnerável ao tentar planejar suas necessidades sociais de maneira eficaz. As informações acessíveis à comunidade não contribuem para a criação ou implementação de políticas públicas fundamentais para o ordenamento.

Como ponto de partida, a vulnerabilidade socioeconômica do Tocantins pode ser avaliada com base nos indicadores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2022. O Tocantins apresenta uma expectativa de vida ao nascer de 71,6 anos, um índice de analfabetismo de 14,8% da população, uma taxa de mortalidade infantil de 26,4 por mil nascidos vivos e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,731, classificando-se na 13ª posição entre os estados brasileiros.

Método e materiais

A pesquisa de Ordenamento Territorial na comunidade do P.A. é embasada na análise qualitativa dos dados. Amigos da Terra. A proposta de Ordenamento Territorial será avaliada com base na perspectiva de Domingo (1994), que propõe a interpretação por meio dos elementos físicos do território, como as dimensões e a localização das áreas de cultivo, poços artesianos, entre outros. Também será considerada a abordagem de Orea (2003), que leva em conta as diversidades sociais, culturais e econômicas. Nesse entrelaçamento do Ordenamento Territorial com o Sensoriamento Remoto (SR), Crepani (2001) e Florezano (2002) propõem o uso do SR para compreender seu papel na gestão ambiental e no incentivo à sociobiodiversidade.

Para tornar isso possível, foi realizada uma pesquisa de campo, analisando a estrutura política dos participantes e suas funções no território. Esta é uma estratégia que será aplicada por meio do método de observação *in locus*, empregando registros fotográficos, anotações de campo e envolvimento em reuniões e eventos comunitários.

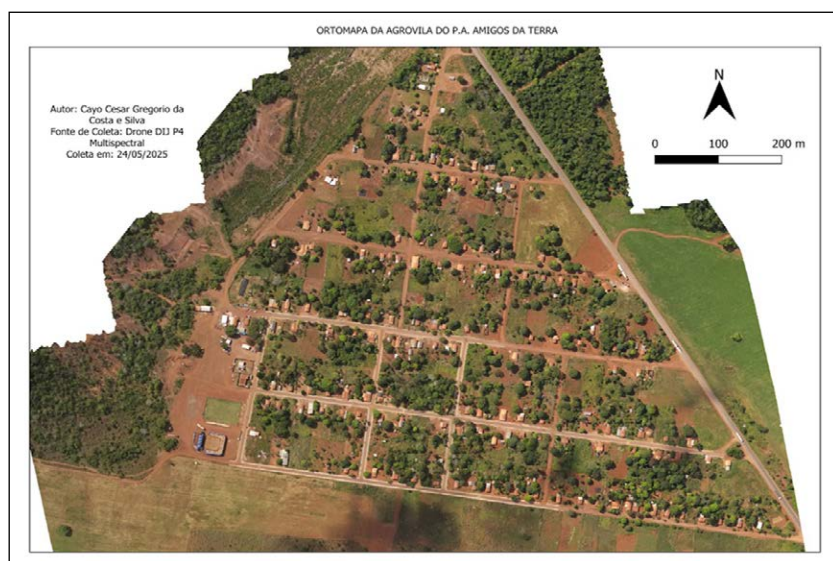
A pesquisa é composta por três etapas interligadas: I- levantamento de dados socioeconômicos e ambientais da comunidade pesquisada, que servirão de base para a análise do território; II- coleta de dados espaciais utilizando drone multiespectral por meio do aplicativo GS Pro, que realiza o levantamento de áreas, altitudes, áreas construídas e imagens da comunidade a ser estudada, para posterior criação de ortomapas e comparação das imagens coletadas em campo, por sensoriamento remoto, com as imagens de satélite obtidas no Google Earth Pro; III- realização de rodas de conversa e análise de discurso (Bardin, 1977) com a comunidade, visando desenvolver um roteiro para o uso de geotecnologias no ordenamento territorial, com base nos elementos cartográficos do sensoriamento remoto e na sociobiodiversidade local.

Desse modo, com base nos pressupostos metodológicos e nas ferramentas de coleta e análise de dados, é apresentado o modelo inicial de ortomapa sugerido para o Projeto de Assentamento Amigos da Terra, localizado em Darcinópolis-TO. O aplicativo GS Pro direciona o drone e a câmera na obtenção de dados, incluindo imagens de alta resolução, vídeos, informações de posicionamento, distância, dados de altitude e área mapeada.

Resultados e conclusões

O ortomapa mencionado foi produzido a partir de trinta e nove imagens aéreas tiradas em 24 de maio de 2025, a uma altura de 451 metros ou 1.480 pés. O aplicativo WebODM 2.5.7 processa as imagens, combinando-as com dados de localização e informações sobre locais georreferenciados.

Figura 2 – Ortomapa do P.A. Amigos da Terra – Darcinópolis (TO) 06/2025



Fonte: Dados da pesquisa – amostra piloto (2025).

A coleta de dados está sendo realizada com o auxílio de um drone multiespectral, que possui seis sensores CMOS de $\frac{1}{2}.9'$. Dentre esses sensores, existe um sensor de cores aditivas, formado pelos tons de vermelho (Red), verde (Green) e azul (Blue), que estabelece a sigla (RGB) para imagens de luz visível. Além disso, há cinco sensores monocromáticos para imagens multiespectrais de longo alcance. Esse dispositivo conta com um sistema de imagens estabilizado e integral, capaz de coletar um conjunto de dados durante a captura de imagens aéreas, sejam elas fixas (fotos) ou em movimento (vídeos).

O drone possui seis sensores CMOS de $\frac{1}{2}.9'$, incluindo um sensor RGB para capturar imagens em luz visível e cinco sensores monocromáticos para imagens multiespectrais. Cada sensor tem píxeis efetivos de 2,08 MP (somando um total de 2,12 MP), com filtros nas seguintes cores: azul (B) a 450 mm +/- 16 mm, verde (G) a 560 mm +/- 16 mm, vermelho (R) a 650 mm +/- 16 mm, borda vermelha (RE) a 730 mm +/- 16 mm, e infravermelho próximo (NIR) a 840 mm +/- 26 mm. As lentes FOV (campo de visão) possuem uma distância focal de 5,74 mm (equivalente a 40 mm no formato 35 mm), com foco automático configurado para a abertura f/2.2. A figura 3 mostra uma foto do dispositivo utilizado para a coleta de dados do estudo:

Entretanto, Moraes (1999) destaca que os aspectos de sustentabilidade e ecologia não podem ser negligenciados na criação de um ordenamento ou na formulação de políticas públicas eficazes e integradas que atendam às necessidades de cada população, considerando suas especificidades:

A questão ambiental também necessita ser tratada como prioridade na Política Nacional de Ordenamento Territorial, seja em termos da identificação dos passivos ambien-

tais existentes no território usado, seja quanto ao uso futuro do patrimônio natural. Nesse particular, o conceito de fundos territoriais deve ser incorporado como uma categoria central do planejamento estratégico num país com as características geográficas do Brasil. A riqueza natural brasileira precisa ser bem dimensionada em face dos planos de desenvolvimento. O mar territorial e jurisdicional, por exemplo, deve ser mais relevado na definição das estratégias de desenvolvimento nacional (Moraes, 1999, p. 74).

Figura 3 – Drone multispectral



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Nesse contexto, Kohlhepp (2002), Mello e Théry (2001) e Silva et al (2020) concordam em suas avaliações ao afirmar que os modelos de ordenamento e gestão territorial empregados principalmente na Amazônia não foram desenvolvidos considerando as complexas características socioambientais e culturais de uma região que ainda é pouco entendida e analisada em seus aspectos complexos.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BRASIL INCRA, **Certificado de Imóveis Rurais**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-re-lacao-de-projetos>. Acesso em: 02/06/2025.
- COSTA, W. M. da; SILVA, J. M. C. da. **O Cerrado**: ecologia, biodiversidade e conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- DOMINGO, Gómez O. et al. **Ordenación del territorio**: una aproximación desde el medio físico. 1994.
- FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional, 2000, 2010 e 2022**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 out. 2024.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, p. 37-61, 2002.
- LIMA, M. F.; SILVA, R. F. da. Território e identidade: as comunidades tradicionais no Cerrado brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 2015.
- MELLO, N. A.; THÉRY, H. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamento. **Estudos Avançados**, v. 1, n. 2, p. 181-214, 2001.
- MORAES, Antonio Carlos R. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e meio ambiente**. São Paulo: Hucitec, 2012.

OREA, Gómez. **La ordenación territorial**: carácter, alcance y contenido. Madrid: Mundi-Prensa, 2003.

SANO, E. E.; ALMEIDA, C. M.; RODRIGUES, A. A. **Uso e cobertura da terra no Cerrado**: impactos e perspectivas. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, João A.; ROCHA, Mariana P. Desigualdades regionais e políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 45–68, 2020.

SILVA, R. G. C. et al. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 77, p. 253-271, 2020.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 57-72.



O lugar e seu nome: sentidos culturais e territoriais nos seringais do rio Macauã, Acre¹

Airton de Mesquita Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, IFAC

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8491-0754>

Willian Carboni Viana

Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4214-2579>

Luiz Antonio Pacheco de Queiroz

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3701-1489>

Introdução

A análise dos nomes dos lugares, bem como dos processos sociais que orientam sua criação e permanência, ultrapassa a simples função de identificar pontos na superfície terrestre. A toponímia, desse modo, enquanto parte da onomástica que estuda os nomes próprios dos lugares, constituiu um campo interdisciplinar que pode integrar a linguística e a geografia na interpretação dos elementos históricos, culturais e ambientais cristalizados no processo de nomeação das localidades.

¹ Este capítulo deriva de resultados apresentados em versão publicada na Revista Geonorte em 2024 (ver Silva et al., 2024), aqui revisado e reestruturado para atender ao escopo desta obra.

Por meio da investigação toponímica há possibilidades de se compreender como grupos sociais percebem, representam e se apropriam dos espaços, convertendo-os em lugar, a partir de referências práticas e simbólicas. O que corrobora na preservação dos nomes, elementos da memória, identidade e experiências sociais que ajudam a narrar a história de determinado território.

Este capítulo, por conseguinte, parte do argumento de que a nomeação dos seringais e colocações ao longo do rio Macauã, no estado do Acre, expressa a profunda relação que as comunidades extrativistas estabeleceram com o ambiente amazônico. Mesmo diante das intensas mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas, incluindo a substituição de grande parte dos seringais por atividades agropecuárias após os anos 1970, as nomeações atribuídas às localidades persistiram como marcas identitárias.

A base empírica, desta pesquisa, deriva de extensa pesquisa de campo, orientada pela perspectiva de que, na complexa realidade da Amazônia Ocidental, os topônimos são fundamentais para a compreensão das relações entre sociedade e natureza (Câmara, 2005). Essa visão converge com a abordagem de Dick (1992), para quem os nomes dos lugares carregam densos significados culturais, históricos e ambientais, funcionando como códigos linguísticos que revelam modos específicos de viver e conceber o local onde a vida acontece.

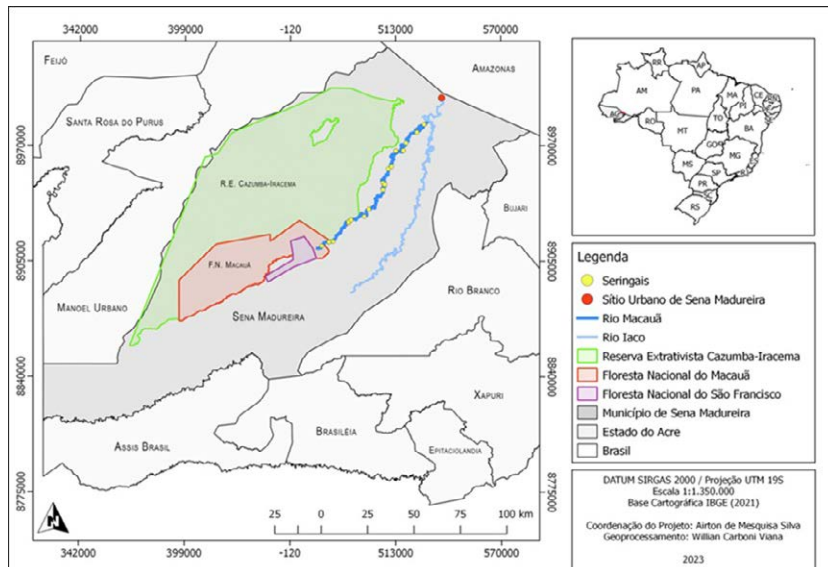
O diálogo entre geografia e linguística, nesse sentido, tem se mostrado fecundo para essa tipologia de investigação. De um lado, a geografia fornece os esteios para se compreender os vínculos entre população, ambiente e práticas territoriais; de outro, os aportes alicerçados nas perspectivas linguísticas permitem a análise dos significados e das motivações presentes na estrutura dos topônimos.

A investigação dos nomes dos seringais e suas colocações constitui uma contribuição relevante tanto para a ciência da lin-

guagem regional, quanto para o entendimento da formação territorial da própria Amazônia. Por meio deles, revela-se o repertório cultural entrelaçado na memória coletiva e no sentido de pertencimento das populações.

O recorte espacial foi composto pelos topônimos de 18 e 71 colocações, situados às margens do rio Macauã e adjacências, no município de Sena Madureira (Figura 1). Historicamente, esse rio constituiu-se como importante no avanço do estabelecimento do empreendimento da borracha nos séculos XIX e XX, sendo a principal via de acesso ao interior da floresta. No tempo hodierno, continua sendo de extrema importância para as comunidades que vivem ao longo de seu curso e que dele dependem para mobilidade, abastecimento e reprodução de suas práticas socioeconômicas.

Figura 1 - Localização espacial do recorte em estudo.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

O rio Macauã, afluente do rio Iaco e paralelo ao rio Caeté, delimita grande parte dos mananciais que formam a hidrografia de Sena Madureira. A sede municipal está na margem esquerda do rio Iaco, distante cerca de 145 km da capital Rio Branco, sendo o principal município da Regional do Alto Purus; possuindo, segundo dados do censo, 41.343 habitantes, com densidade demográfica de 1,74 hab./km (IBGE, 2022).

Diante dessa contextualização, o capítulo organiza-se em cinco seções principais, nomeadamente: (1) introdução; (2) procedimentos metodológicos adotados para identificação, levantamento e classificação dos topônimos; (3) apresentação teórico-conceitual sobre lugar e toponímia, junto dos processos históricos de ocupação; (4) resultados e discussões; e (5) considerações finais, que sintetizam os achados e indicam possibilidades de continuidade para pesquisas futuras.

Material e Métodos

A investigação adotou uma abordagem metodológica baseada na toponímia extensiva, adequada à análise das denominações atribuídas aos seringais e às suas colocações, situadas no rio Macauã. Para isso, optou-se por um estudo conduzido por meio de uma estratégia metodológica mista, articulando técnicas qualitativas e quantitativas.

O levantamento inicial dos topônimos foi realizado por meio de fontes secundárias, incluindo mapas, documentos institucionais e registros históricos disponíveis sobre a região. Essas informações foram, posteriormente, complementadas pelo método de *radio listening*, técnica que consiste na escuta sistemática de programações radiofônicas para identificação de dados relevantes à pesquisa (McDonald, 2014; Pavarini, 2018).

No caso específico deste estudo, a audição de programas de rádio centrou-se no Programa de Mensagens da Rádio Difusora de Sena Madureira, emissora pública fundada em 1980, cuja transmissão diária, entre 13h e 14h, alcança localidades rurais, ribeirinhas, assentamentos, seringais e colocações em áreas sem acesso à telefonia ou internet.

O programa funciona como meio de comunicação comunitária, no qual deixam-se mensagens manuscritas na emissora, que são lidas ao vivo pelo valor de um Real por repetição. Entre janeiro de 2019 e junho de 2023, foram analisadas mais de 1.800 horas de programação. Todas as mensagens que mencionavam os seringais ou as colocações foram compiladas e organizadas, constituindo o conjunto de topônimos que, posteriormente, foram verificados em trabalho de campo.

O trabalho de campo ocorreu entre 14 e 16 de setembro de 2023, cobrindo aproximadamente 192 km do rio Macauã, desde o seringal Estrela, próximo à foz, até o seringal São Francisco, situado nas proximidades das nascentes. A equipe contou com o apoio do morador local Altino Bezerra Chaves (nascido em 1941), cuja experiência foi essencial para a localização das colocações. Durante o percurso, realizaram-se diálogos com moradores para confirmação dos nomes, o que foi acrescido do mapeamento geográfico, executado com o uso de um GPS Garmin Etrex 30.

Para a interpretação dos dados, adotou-se o modelo taxonômico proposto por Dick (1992), amplamente reconhecido nos estudos toponímicos brasileiros. A classificação organiza os nomes em duas grandes categorias: (1) topônimos derivados de características físicas e (2) topônimos associados a elementos culturais e humanos. Cada categoria subdivide-se em motivações específicas, totalizando 27 grupos, dos quais 11 correspondem a denominações de origem física e 16 a denominações antropoculturais (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxonomia dos seringais e colocações conforme a proposta de classificação de Dick (1992), com exemplos catalogados no rio Macauã pelos autores.

Taxonomia de Natureza Física			
N.	Categoria	Motivação	Topônimo Exemplo
1	Astrotopônimos	Corpos celestes	Colocações Lua Nova e Estrela
2	Cardinotopônimos	Posições geográficas	Seringal Oriente e colocação Extrema
3	Cromotopônimos	Cores, escala monocromática	- (ausente na área de estudo)
4	Dimensiotopônimos	Dimensões, extensão, largura, altura, profundidade	- (ausente na área de estudo)
5	Fitotopônimos	Vegetação	Colocações Castanheira e Mangueira
6	Geomorfotopônimos	Formas topográficas	Colocação Terra Alta
7	Hidrotopônimos	Hidrografia	Seringais Cachoeira e Riozinho
8	Litotopônimos	Itens minerais e aspetos relativos ao solo	Colocações Torráo Queimado e Queimada
9	Meteorotopônimos	Fenômenos atmosféricos	Colocação Saco do Vento
10	Morfotopônimos	Formas genéricas	Colocação Garantido
11	Zootopônimos	Animais	Colocação Cachorra Magra e Tamanduá
Taxionomia de Antropocultural			
N.	Categoria	Motivação	Topônimo Exemplo
1	Animotopônimos	Vida psíquica, cultural espiritual	Colocações Graças a Deus e Esperança
2	Antropotopônimos	Nomes próprios individuais, sobrenomes e apelidos	Colocações Chico Preto e Mané Preto
3	Axiotopônimos	Títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais	- (ausente na área de estudo)

N.	Categoria	Motivação	Topônimo Exemplo
4	Corotopônimos	Nomes de cidades, estados, países, regiões, continentes	Colocações Bahia e Caicó
5	Cronotopônimos	Indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo, nova, velho, velha	Colocações Vila Nova e Morada Nova
9	Ecotopônimos	Tipos de habitações	Colocação Maloca
7	Ergotopônimos	Objetos, cultura material	Colocação Panela
8	Etnotopônimos	Indicadores étnicos	- (ausente)
9	Dirrematotopônimos	Nomes constituídos por frases ou enunciados linguísticos	Colocações Pouca Demora e Deixa Rolar
10	Hierotopônimos	Entidades ou temas sagrados de diferentes crenças	Seringais São Bento e Santa Joana
11	Historiotopônimos	Movimentos históricos, seus membros e datas correspondentes	- (ausente na área de estudo)
12	Hodotopônimos	Vias de comunicação rural ou urbana	- (ausente na área de estudo)
13	Numerotopônimos	Numerais	- (ausente na área de estudo)
14	Poliotopônimos	Nomes constituídos pelos vocábulos: vila, aldeia, povoação, arraial	Colocação Cafundó
15	Sociotopônimos	Atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade	Colocação Barracãozinho
16	Somatopônimos	Nomes empregados em relação metafórica a partes de um corpo humano ou animal	- (ausente na área de estudo)

Fonte: Adaptado de Dick (1992).

A adoção dessa taxonomia mostrou-se pertinente, por oferecer uma estrutura sistemática e flexível, capaz de abarcar tanto as denominações motivadas por elementos ambientais (como hidrografia, fauna, formas do relevo etc.), quanto aquelas fundamentadas em experiências socioculturais (como crenças, referências históricas etc.). Essa classificação permitiu compreender como diversos agentes, entre os quais, migrantes nordestinos, populações indígenas, trabalhadores extrativistas e seus descendentes, atribuíram os nomes aos lugares onde passaram a viver, revelando padrões simbólicos e espaciais no território.

Desenvolvimento

As dimensões do lugar e o sentido das nomeações

A categoria de lugar, amplamente mobilizada em diferentes campos do conhecimento, como geografia, antropologia, filosofia e história, possui natureza multifacetada e complexa. Refletir sobre suas concepções implica, sobretudo, em reconhecer a pluralidade de abordagens que buscam explicar as relações, por vezes tensas e simbióticas, entre pessoas, materialidades e práticas socioculturais que produzem significados (Cardoso *et al.*, 2017).

Em diversas perspectivas, o lugar emerge como relação íntima, simbólica e que exprime as experiências vividas, repleta de interações cotidianas entre humano, não-humano, ambiente e temporalidade (Holzer, 1997; 1999; Staniski *et al.*, 2014; Cardoso *et al.*, 2017).

Concebido como a menor unidade espacial onde a vida se desenrola, o lugar carrega densidade histórica e afetiva, refletindo a complexidade das interações humanas com o ambiente de habitação (Santos, 1996). As características que o definem são constituídas ao longo do tempo, alimentadas pelo conhecimento local,

pelas práticas coletivas e pelas percepções espaciais elaboradas socialmente. O pertencimento e as memórias construídas nas dinâmicas do trabalho, nas atividades de lazer, nos rituais comunitários e nas relações cotidianas conferem ao lugar a condição de referência identitária (Pacheco, 2023).

O estudo dos nomes dos lugares ocupa posição privilegiada na ciência geográfica, muito por evidenciar os nexos entre espaço e linguagem. A toponímia, tradicionalmente situada no campo da linguística, consolidou-se também como campo interdisciplinar essencial para analisar a origem, o contexto e os significados atribuídos aos lugares. Na Geografia Clássica, tais investigações dialogam com a tradição de examinar as interações entre sociedade e natureza, e as formas de ocupação e de uso do território (Claval, 2011).

No campo linguístico, a nomeação opera como recurso simbólico capaz de identificar localidades ou indivíduos, muitas vezes dispensando referências adicionais para situá-los afetivamente. O léxico utilizado por um grupo social está fortemente associado às escolhas toponímicas, que podem derivar de experiências de vida, elementos da religiosidade, características ambientais ou referências ao local de origem (Dick, 1998).

Ao instituir um nome, os sujeitos transformam o “não-lugar” em lugar significado: através da palavra, organizam-se referências que metonimicamente indicam elementos da paisagem e da vida social (Biderman, 1998; Dick, 1998). O estudo dos nomes dos lugares, portanto, abre caminho para investigar sentidos linguísticos, culturais e regionais que se manifestam nas práticas de nomeação. Como assinala Dick (1990), qualquer espaço físico pode funcionar como repositório de múltiplos fatores envolvidos em sua nomeação, oferecendo pistas para compreender panoramas regionais tanto em seus componentes naturais quanto antropoculturais.

A dimensão simbólica dos lugares também envolve relações de poder. Para Foucault (1999), nomear não é ato neutro, uma vez que a designação dos lugares inscreve-se em práticas discursivas que moldam percepções e orientam modos de interpretação da realidade. Nas abordagens pós-estruturalistas, a nomeação aparece como forma de instituir narrativas e disputar sentidos sobre as espacialidades.

Ao atribuir um nome, resgatam-se memórias, afetos e significados compartilhados, reforçando vínculos comunitários. Nesse sentido, Isquierdo (1998) e Biderman (1998) destacam a centralidade da palavra como matriz cultural, capaz de expressar relações entre o ser humano e o ambiente. Cada novo topônimo constitui um testemunho da ação humana sobre o espaço, registrando marcas da história, da identidade e das experiências coletivas.

A escolha de determinado nome, portanto, reflete intencionalidades sociais, ora relacionadas à representação de traços naturais, ora atrelados a fatos políticos, eventos históricos ou aspectos culturais que, ao longo do tempo, se sedimentam no território.

Os lugares analisados neste estudo correspondem às áreas de extração do látex, designadamente, os seringais e as colocações. Em termos de definição, o seringal é uma unidade territorial formada por um conjunto de colocações distribuídas na floresta, organizadas em torno da seringueira (*Hevea brasiliensis*). A colocação é a unidade mínima de moradia e trabalho dentro do seringal. Corresponde ao território ocupado por uma família, abrigando a casa de moradia, o roçado, as estradas de seringa (circuitos de coleta) e pequenos espaços de criação; geralmente, cada colocação é composta por um conjunto mínimo de três estradas de seringa.

Contexto histórico-geográfico da ocupação e das nomeações nos seringais do Acre

Antes da ocupação colonial, o atual território do Acre era habitado por diversas etnias indígenas que desenvolveram sistemas socioculturais altamente complexos e adaptados aos diferentes ambientes amazônicos (Volker, 2017). Na região onde se situa Sena Madureira, especialmente no interflúvio do rio Iaco com o rio Purus e na área próxima à confluência com o rio Chandless, viviam povos Kanamari e Apurinã (Nimuendajú, 2017), pertencentes aos troncos linguísticos Katukina e Aruak-Maipure, respectivamente (ISA, 2024a; 2024b). Esses grupos compunham parte da estimada população de cerca de 150 mil indígenas que habitavam o território acreano até meados do século XIX (Souza, 2002).

A reconfiguração territorial da região intensificou-se com a expansão do empreendimento da borracha, quando o modelo econômico, primário-agroexportador atraiu migrantes nordestinos para atender à crescente demanda de mão de obra na extração e no beneficiamento do látex a partir de 1877 (Silva *et al.*, 2010). Tal processo de reorganização produtiva e demográfica abriu caminho para a integração da Amazônia aos fluxos internacionais de comércio.

O auge da exportação da borracha projetou a Amazônia como importante polo econômico entre 1879 e 1912, angariando investimentos empresariais incentivados pelo Estado e estruturados sobre a circulação fluvial até Belém e daí ao mercado internacional (Pontes, 2014). Até 1903, essa dinâmica ocorria em território boliviano, mas, com o Tratado de Petrópolis, o Acre foi incorporado ao Brasil e integrado ao extrativismo (Carneiro, 2014).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a nova onda migratória ocorreu com o recrutamento de aproximadamente 60 mil traba-

lhadores, os “soldados da borracha”, para suprir a demanda dos Aliados por borracha natural, empregada em equipamentos militares e manufaturas estratégicas (Pereira, 2014).

A constituição dos topônimos ligados ao ciclo da borracha deve ser compreendida à luz desse contexto social, ambiental e histórico. As nomeações resultam das interações entre migrantes nordestinos, trabalhadores indígenas remanescentes, populações de origem peruana e boliviana, e demais agentes envolvidos no sistema extrativista. Assim, compreender como esses grupos atribuíram nomes aos lugares requer examinar, sobretudo, a estrutura territorial que os organizava: o seringal.

O seringal, geralmente, era implantado às margens dos rios, cuja função era articular habitações, armazéns, centros de beneficiamento e demais estruturas coletivas, inclusive escolas, que sustentavam a vida comunitária. Trata-se de um sistema multifuncional e profundamente dependente da circulação fluvial, que funcionava simultaneamente como corredor de transporte, abastecimento e sociabilidade.

A espacialidade interna do seringal estruturava-se em colocações, enquanto unidades produtivas familiares situadas no interior da floresta. Nelas, os seringueiros viviam e percorriam diariamente longas distâncias para cortar, recolher e defumar o látex. A distância entre as colocações e o barracão (núcleo administrativo-comercial) podia exigir jornadas de dois a três dias de caminhada. Euclides da Cunha (1909) descreveu esse quadro com precisão, assinalando que um seringal médio poderia conter cerca de 300 estradas de seringa em uma área aproximada de 20 léguas quadradas, evidenciando a complexidade do sistema e a magnitude do trabalho envolvido.

A floresta densa, as dificuldades de deslocamento, a convivência comunitária e as experiências marcantes (trabalho, conflitos, perdas, trajetórias individuais e episódios extraordinários)

tornaram-se matrizes para os topônimos. O processo de atribuir nomes revelava tanto aspectos práticos (referências ambientais, orientação espacial) quanto dimensões simbólicas (memórias, afetos, eventos, crenças).

O seringueiro, responsável direto pela extração e defumação do látex, atuava como principal referência de nomeações associadas aos percursos e às estradas. O seringalista, figura central de poder e proprietário do território, exercia controle sobre a produção, o comércio e o tempo de trabalho. Outros personagens completavam o sistema: comboieiros, gerentes, guarda-livros, mateiros, caçadores, regatões, operadores de embarcações, parteiras e curandeiros compunham a rede que sustentava a vida no seringal.

O Acre, nesse período, estruturou uma sociedade marcada pela baixa mobilidade social e por fortes desigualdades, em que migrantes pobres, descendentes indígenas e outros grupos subalternizados permaneciam majoritariamente nos níveis mais baixos da hierarquia. Em contrapartida, a diversidade de origens, como indígenas, nordestinos, sulistas, negros, europeus e populações de países vizinhos, formou uma composição sociocultural singular que hoje caracteriza a identidade acreana.

Sena Madureira ilustra esse processo: fundado em 25 de setembro de 1904, o município desenvolveu seu núcleo urbano a partir do antigo seringal Santa Fé, do século XIX. É nesse contexto histórico e social que surgiram os topônimos analisados neste capítulo, resultantes de longos processos de ocupação, interação e construção territorial que acompanharam a expansão da economia da borracha ao longo do rio Macauã.

Resultados e Discussão

A investigação identificou a presença de 18 seringais e aproximadamente 71 colocações distribuídas ao longo da ribeira do rio Macauã. Esses topônimos foram sistematicamente classificados segundo a taxonomia proposta por Dick (1992), permitindo reconhecer padrões motivacionais associados tanto às características físicas da paisagem quanto aos elementos culturais e sociais que marcaram a trajetória histórica da região.

Ressalta-se que o conjunto analisado corresponde à totalidade das denominações dos seringais e a um recorte abrangente, embora não exaustivo, das colocações existentes ao longo do curso do rio. A amostragem, portanto, reflete com fidelidade a diversidade toponímica local, ao mesmo tempo em que permite interpretar tendências gerais de nomeação no contexto amazônico (Tabela 2).

A análise dos topônimos evidencia, em primeiro lugar, a forte imbricação entre os habitantes da região e o ambiente que os circunda. As nomeações revelam vínculos íntimos com a paisagem, indicando que a leitura do espaço, seja pelas características naturais, seja pelos elementos simbólicos, orientou de maneira expressiva a escolha dos nomes.

Essa constatação é coerente com o modo como as populações extrativistas, ao longo de sucessivas gerações, construíram referências espaciais a partir da experiência vivida e da observação cotidiana da floresta.

Tabela 1 - Seringais e suas respectivas colocações pertencentes, sequenciados desde a sede de Sena Madureira à cabeceira do rio Macaúã.

Seringal	Colocações
São Bento	Pouca Demora, Araripe, Bate-Bico, Salgado e Jaburu
Liberdade	Limoeiro, Igarapé da Anja, Liberdade, Engazeira e Barracãozinho
Valência	São José de Cima e São José de Baixo
Providência	Queimada, Caverna, Perigoso de Cima, Perigoso de Baixo, Paciência e Mel
Esperança	Cachoeira, Tamanduá, Saco do Vento, Extrema e Torrão Queimado
Capital	Morada Nova, Extrema, Panela, Bom Jardim e Bahia
Oriente	Lua Nova, Sol Nascente, Extrema, Alvaredo, Vila Nova, Jacareúba, Estrela, Estrelinha e Garantido
Santa Joana	Engazeira e Poção
Repouso	Limeira e Esperança
Apuí	Esperança
Triunfo	Mangueira e Viva Deus
Santa Luzia	Cachorra Magra, Validade, Toau e Boca do Mel
Cachoeira	Cafundó, Vertente, Portão e Extrema
São José	Soledade, Cala a Boca, Chico Preto e Caicó
Riozinho	Esperança, Terra Alta e Apuí
Apito	Castanheira
São Sebastião	Anjo, Cocaraú, Mané Preto, Volta Grande, São Francisco do Sertão e São Francisco Velho
São Francisco	Engazeira, Poção, Santa Rosa, Leão de Ouro, Poço e Monte Rico

Fonte: Elaborado pelos autores.

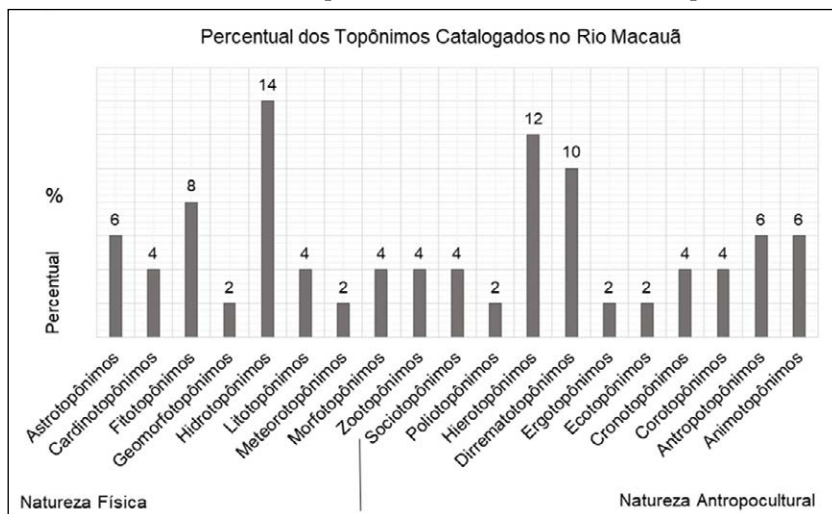
Do ponto de vista quantitativo, registrou-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os dois grandes grupos taxonômicos: 48% dos topônimos apresentam motivações de natureza física, enquanto 52% decorrem de elementos antropoculturais. Essa proximidade numérica sugere que a nomeação na região do Macaúã não se fundamenta exclusivamente em atributos naturais, tampouco apenas em referências culturais; ao contrário,

resulta da combinação e do entrelaçamento entre práticas ambientais, memórias individuais, religiosidade e elementos da vida social.

Entre os topônimos de origem física, os hidrotopônimos constituem o segmento predominante. Essa predominância é esperada em um território cuja dinâmica cotidiana — deslocamento, coleta, comunicação, produção e abastecimento. Exemplos como os seringais Riozinho e Cachoeira, e as colocações Cachoeira, Olho D'Água, Vertente e Poço, mostram que a água e suas formas se consolidam como elementos estruturantes de orientação e identidade espacial.

No campo antropocultural, destaca-se o peso dos hierotopônimos, o que revela a centralidade da religiosidade na vida dos moradores. A presença de denominações como São Bento, Santa Joana, Santa Luzia, São José, São Sebastião e São Francisco evidencia que a fé, sobretudo a católica popular, constitui um importante referencial de proteção, identificação e pertencimento, iluminando dimensões afetivas e espirituais inscritas no espaço.

O segundo tipo mais recorrente no grupo antropocultural são os dirrematopônimos, formados por frases ou expressões linguísticas que registram impressões, experiências e acontecimentos do cotidiano. Nomes como Pouca Demora, Deixa Rolar, Perigoso de Cima, Perigoso de Baixo e Volta Grande carregam narrativas condensadas em forma de enunciado. Esses topônimos dão indícios de situações marcantes, avisos, orientações espaciais ou episódios memorizados pela comunidade, funcionando como pequenas “histórias locais” cristalizadas na linguagem (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentual de topônimos de natureza física e antropológica.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Os nomes atribuídos aos seringais e às colocações do rio Macauã possuem forte caráter simbólico e condensam elementos da história, das experiências individuais e das memórias coletivas daqueles que os nomearam. Ao acessar esses topônimos, emergem aspectos relevantes sobre a formação cultural da região, espelhando as camadas de significado inscritas no contexto histórico da Amazônia Ocidental.

A abertura dos seringais às margens de rios e igarapés, visando facilitar o escoamento da produção do látex, foi decisiva para moldar parte expressiva das nomeações. A paisagem fluvial, elemento estruturante da vida extrativista, exerceu notável influência nas denominações de natureza física, consolidando a relação entre práticas cotidianas e reconhecimento espacial. Assim, os topônimos físicos desempenham papel central na definição dos lugares, pois articulam referências ambientais essenciais ao modo de vida tradicional amazônico.

Entre os topônimos de motivação física, há predominância dos hidrotopônimos, representando cerca de um terço das denominações desse grupo. O rio Macauã, núcleo da circulação e da sobrevivência no território extrativista, marca a paisagem e a vida cotidiana, justificando a frequência de nomes como os seringais Riozinho e Cachoeira, ou colocações Cachoeira, Olho D'Água, Vertente e Poço.

Outras categorias físicas também se fazem presentes, como, os fitotopônimos, baseados na flora local, refletem a relevância da vegetação para a orientação espacial e o cotidiano extrativista, a exemplo disso são o seringal Castanheira e a colocação Mangueira. Já os astrotopônimos, embora menos frequentes, revelam a importância do céu noturno e de referências celestes na vida dos moradores, como demonstram o seringal Estrela e a colocação Lua Nova.

No campo antropocultural, destaca-se a forte incidência de hierotopônimos, evidenciando o peso da religiosidade na constituição dos lugares. Referências a santos e devoções, como os seringais São Bento, São José, São Sebastião, São Francisco e a colocação Santa Joana, expressam crenças, valores e identidades que marcaram gerações de moradores. A literatura especializada corrobora essa tendência em diferentes regiões do Brasil, a saber, estudos de Dick (1990), Isquerdo (1995), Biderman (1998), Santos e Isquerdo (2012) e Ribeiro e Isquerdo (2013) demonstram que a presença de nomes religiosos, em grande medida derivados de tradições latinas e do imaginário cristão ocidental, constitui traço recorrente na toponímia brasileira.

Outra classe antropocultural relevante é a dos dirrematopônimos, formada por expressões linguísticas ou frases inteiras. Denominações como Pouca Demora, Deixa Rolar, Perigoso de Cima, Perigoso de Baixo ou Volta Grande sugerem narrativas condensadas, episódios marcantes e situações vividas no cotidiano dos

seringais. Esses nomes expressam criatividade, humor, advertências e experiências compartilhadas, funcionando como registros linguísticos da vida social.

No conjunto, os topônimos de natureza física refletem a estrutura do ambiente para a existência humana na floresta, expondo a dependência do sistema extrativista em relação à hidrografia, à diversidade vegetal e às dinâmicas naturais. Ao mesmo tempo, os topônimos antropoculturais revelam dimensões simbólicas e valores culturais que orientam a vida comunitária e a construção dos lugares.

A análise dos 18 seringais e 71 colocações indica que nomes relacionados à hidrografia, à vegetação e a elementos sagrados constituem as categorias predominantes no rio Macauã. Esse padrão dialoga com a própria história do Estado do Acre, cujos rios foram e continuam sendo os principais vetores de circulação, ocupação e reprodução social.

Desde o século XIX, nos rios acreanos surgiram seringais e colocações que atravessaram diferentes fases econômicas, desde a formação da fronteira extrativista ao auge e à queda da borracha, passando posteriormente pela expansão da pecuária e das monoculturas a partir da década de 1970. Apesar das transformações no uso do território, como a conversão em fazendas e a implantação de projetos de assentamento, os topônimos permaneceram, preservando a memória social e a identidade dos habitantes.

A continuidade desses nomes frente às mudanças socioeconômicas evidencia a resiliência das referências culturais locais. Os nomes tornaram-se marcas duradouras, símbolos compartilhados e reconhecidos pelas comunidades, funcionando como dispositivos de memória que resistem ao tempo e às metamorfoses da paisagem.

Considerações Finais

O conjunto de análises desenvolvidas ao longo deste capítulo evidencia a relevância dos topônimos como elementos fundamentais para compreender a construção dos lugares e das territorialidades às margens do rio Macaúã. Os nomes atribuídos aos seringais e às colocações não se limitam a funções de identificação; constituem, antes, expressões simbólicas da relação entre sociedade e natureza, incorporando marcas da experiência extrativista, das memórias individuais e coletivas, assim como dos vínculos culturais que atravessam gerações.

Os espaços tradicionalmente ocupados pelos seringais, ainda que muitos tenham sido transformados por novas dinâmicas econômicas, como a pecuária, as monoculturas e os assentamentos rurais, permanecem inscritos na paisagem por meio de seus nomes. Estruturas emblemáticas, como o barracão, revelam essa persistência ao condensar dimensões materiais e imateriais: lugar de trabalho, de negociação, de obrigações e de sociabilidade, ele permanece como referência mental e afetiva, mesmo quando seu uso original deixou de existir. Essa permanência simbólica contribuiu para a cristalização dos topônimos na memória social.

Os resultados mostram que os topônimos funcionam como peças-chave nos mosaicos identitários que compõem o espaço geográfico transformado em lugar. Eles permitem acessar nuances da formação territorial, registrar dinâmicas culturais e revelar modos de vida associados ao extrativismo da borracha. Ao mesmo tempo, demonstram a capacidade das comunidades de produzir significados e de expressar, na linguagem, a sua relação com o ambiente e com a história local.

Este estudo destaca que seringais e colocações não constituem apenas unidades geográficas ou produtivas, mas verdadeiros de-

positários de memória. Os nomes que lhes foram atribuídos carregam tradições, experiências, crenças e afetividades, funcionando como testemunhos vivos das práticas sociais do rio Macaúã ao longo de mais de um século. Assim, a toponímia revela-se uma ferramenta privilegiada para compreender a articulação entre identidade cultural, produção do espaço e permanência histórica na Amazônia acreana.

Por fim, recomenda-se que estudos futuros ampliem o levantamento toponímico para outras bacias hidrográficas do Acre, permitindo análises comparativas entre distintos contextos extrativistas e trajetórias territoriais. A integração entre cartografia histórica, geotecnologias e narrativas orais pode revelar camadas adicionais de significado inscritas nos nomes dos lugares, sobretudo no que se refere à permanência, transformação ou apagamento de topônimos ao longo do tempo. Investigações que aprofundem as relações entre toponímia, territorialidades indígenas e dinâmicas contemporâneas de uso da terra também se mostram promissoras para compreender, de modo mais abrangente, os processos sociais que reconfiguram e ressignificam o território acreano.

Referências

- BIDERMAN, M. T. C. **Filologia e Linguística Portuguesa**: dimensões da palavra. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BIDERMAN, M. T. C. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 1. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.
- BLASI, D.; WICHMANN, S.; HAMMARSTRÖM, H.; STADLER, P. F.; CHRISTIANSEN, M. H. Spatial distributions of language structures in the world's languages: a comprehensive study. **Royal Society Open Science**, United Kingdom, v. 3, n° 10, p. 160-695, 2016.

CARDOSO, D.; CURA, S.; VIANA, W.; QUEIROZ, L.; COSTA, M. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Porto, n.º 11, p. 83-98, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17127/got/2017.11.004>.

CÂMARA, J. G. **Nomes geográficos indígenas no Brasil**: um estudo linguístico. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005.

CARNEIRO, E. de A. **A Fundação do Acre**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CUNHA, E. da. **Amazônia**: um paraíso perdido. Rio de Janeiro: Laemmert, 382 p., 1909.

DICK, M. V. P. Toponímia e imigração no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 29, p. 83-92, 1988. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i29p83-92>.

DICK, M. V. P. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de São Paulo, 1990.

DICK, M. V. P. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, 1-20, 1999.

IBGE. **Recenseamento 2022**. Disponível em: <ibge.cidades.gov.br>. Acesso em: 15.11.2023.

ISA. **Povos indígenas no Brasil:** Kanamari. Instituto Socioambiental, 2024a. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kanamari>>. Acesso em: 14.02.2024.

ISA. **Povos indígenas no Brasil:** Apurinã. Instituto Socioambiental, 2024b. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apuurin%C3%A3>>. Acesso em: 14.02.2024.

ISQUERDO, A. N. Manifestações mágico-religiosas num léxico regional. In: **XLIV Seminário do GEL**, 1995, Taubaté. XLIV Seminário do GEL - Programação e Resumos, 1995. p. 118-119.

ISQUERDO, A. N. **Vocabulário do seringueiro:** campo léxico da seringa. In: ISQUERDO, A.N; OLIVEIRA, A.M.PP.de. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v.1. 2.ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

ISQUERDO, A. N. **Léxico regional e léxico toponímico:** interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. (Orgs.). **As Ciências do Léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia, v. 1. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2012, p. 115-140.

ISQUERDO, A. N.; MARQUES, E. A. (Org.). **As Ciências do Léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2023.

MCDONALD, R. Radio Listening as Ethnography: the case of listening to democracy now! **American Journal of Cultural Sociology**, U.S.A., n° 2, p. 233-253, 2014.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes [1943, 1944]**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

PACHECO, L. **Os significados das paisagens que criamos com os garimpos**. Curitiba: Editora CRV, 2023.

PAVARINI, G. Radio listening as a research methodology: a perspective from India. **Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media**, United Kingdom, v. 16, p. 81-96, 2018.

PEREIRA, G. L. Soldados da borracha: esquecidos ou não lembrados? **Revista Margens Interdisciplinares**, Abaetetuba, v. 8, n. 11, p. 199-217, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v8i11.3250>.

PONTES, C. J. O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. **South American Journal of Basic, Technical and Technological**, Rio Branco, nº 1, p. 107-123, 2014.

RIBEIRO, P. N.; ISQUERDO, A. N. Motivação religiosa na toponímia sul-mato-grossense: análise de designativos de acidentes humanos. *In: XXI Seminário do CELLIP*, 2013, Paranaguá - PR. Anais do XXI Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná. Paranaguá: CELLIP, 2013. v. 1. p. 2715-2728.

SANTOS, A. C. C.; ISQUERDO, A. N. A religiosidade na toponímia do Oeste Paranaense: primeiras reflexões. *In: II CIDS - Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística*, 2012, Belém - PA. Anais do II Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística. São Luís: EDUFMA, 2012. p. 388-399.

SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, nº 6, p. 34-39, 1996.

SILVA, A. A.; SILVA, A. C. de; PAULA, J. M. de; SILVA, J. V. C.; SOUSA, L. F. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-82, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17782>.

SILVA, A. M.; VIANA, W. C.; QUEIROZ, L. A. P.; CAMPOS, A. C. R.; LIMA, R. S.; PINHEIRO JUNIOR, E. Toponímia, lugar e cultura: a nomeação dos seringais do rio Macauã em Sena Madureira - Acre. **Revista Geonorte**, v. 15, n. 52, p. 198-218, 2024.

SOUZA, C. A. A. **História do Acre**: novos temas, novas abordagens. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 2002.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 9, no 11, 2014.

VOLKER, C. B. Figurações dos indígenas à margem da história. **Crítica Cultural - Critic**, Palhoça, v. 12, no 1, p. 71-86, jan./jun. 2017.



Sobre os autores

Airton de Mesquita Silva

Mestre em em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico pelo Instituto Federal do Acre (IFAC). Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela UFAC. Atua como professor EBTB no IFAC, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estudos linguísticos regionais, cultura e sociedade, com ênfase nas relações entre língua, identidades locais e práticas socioculturais.

Bernardo Edberg Ribeiro Pereira

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFNT. Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (CESI/UEMA). PÓS - GRADUAÇÕES: Pós-graduado em Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Metropolitano de Maringá (UNIFAMMA). Pós-graduado em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba (FATAP), com conclusão em dezembro de 2022. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS: Professor efetivo do Estado do Tocantins, lotado na Escola Espírita André Luiz, conveniada em Araguaína - TO.

Cayo Cesar Gregorio da Costa e Silva

Mestrando PPGEU/UFNT (2024). Graduado no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (2023). Técnico em Informática pelo Centro de Tecnologias

em Informática Aluizio Alves (2000). Principais áreas de atuação e pesquisa: 1) Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs); 2) Relação homem e meio ambiente; 3) Geotecnologias e Inovação. Trabalhou no Suporte presencial nível 1 e 2 na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto / Angra dos Reis/RJ (2010-2014). Atuou como Analista de Suporte na Arcadis do Brasil no projeto de construção de Angra III em Angra dos Reis/RJ (2014-2016). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID (2021). Foi residente do Programa de Residência Pedagógica (2022-2023), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC).

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (1984), Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (1990), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (Rio Claro) (2000) e fez Pós-Doutorado na Universidade de Sevilla - Espanha. Consultor ad hoc de 5 agências de fomento e revisor de 48 periódicos científicos, professor titular da Universidade Federal da Paraíba, Coordenador do Doutorado do PRODEMA/UFPB e Coordenador Estadual do Planejamento Espacial Marinho. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2008.

Eliseu Pereira de Brito

Doutor em Geografia. Líder do GEGATO, o Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins. Realiza estudos acerca do “Território e territorialidades das comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal - Tocantins” e da “Bioeconomia e diversidades dos povos amazônidas”. Realiza leituras no Grupo de Estudo a respeito dos “lugares” em Joël Bonnemaïson”. Hoje em dia, é do-

cente associado do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Centro de Ciências Integradas. Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia de Araguaína (Mestrado - PPGeo) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Geografia UFT-Porto Nacional. Editor Geral da publicação Tocantinense de Geografia.

Henrique Martins da Silva: Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGEO-UFNT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Cultura do Tocantins (GEPCULT-UFNT).

Jean Carlos Rodrigues: Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Professor Associado da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no curso de Geografia do Centro de Ciências Integradas (CCI) de Araguaína (TO) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: arte, cultura, espaços de representação, paisagem e política.

Joana D'arc Dias Cunha

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins 2010. Pós-graduada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins em 2013. Atuou como Professora desde a conclusão acadêmica na rede estadual de ensino (2011 até 2024). Em 2017 iniciei a docência em escola de tempo integral na modalidade Escola Jo-

vem em Ação, pela rede estadual de ensino (TO). No ano de 2020 e 2021 fui preceptora do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal do Norte do Tocantins da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC). Atualmente estou voltada a minha linha de pesquisa 2: Território e educação formal em comunidade ribeirinha na Amazônia.

José Marcos Duarte Rodrigues

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Especialista em Metodologias de Ensino em Geografia pela Faculdade de Tecnologia Evolução. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-PROPGeo/UVA. Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-PPGG/UFPB. Pós-doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - PROPGeo/UVA, bolsista de pós-doutorado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, edital 09/2023.

Luciano Laurindo dos Santos

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2019, com a tese sobre territórios e territorialidades no Bico do Papagaio. Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), 2015, com a dissertação sobre educação do campo. Foi professor colaborador voluntário no curso de Geografia, licenciatura e bacharelado e professor bolsista no curso de licenciatura em Pedagogia, ambos pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA, campus de Marabá. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2007. Especialista em Geografia do Brasil (FIR), 2012. É membro da Rede

Ibero-americana de Estudos sobre o Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG); Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros; membro . Atua nos seguintes temas: Amazônia, Dinâmicas Territoriais e Comunidades Tradicionais. É professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT, professor efetivo da SEDUC/PA, na cidade de Marabá-Pará-Brasil.

Luiz Antonio Pacheco de Queiroz

Mestre (2015) e doutor (2022) em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS). Bacharel em História pela Universidade Católica do Salvador (2005), realizou estágio pós-doutoral em Geoarqueologia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Campus Cachoeira/São Félix, com apoio da CAPES (2023-2025). No âmbito do pós-doutorado, desenvolveu atividades junto ao Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural e ao Bacharelado em Museologia, atuando em ensino, extensão, orientação discente e na pesquisa, processamento e análise de acervos arqueológicos no Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA). É membro do Grupo de Pesquisa Recôncavo Arqueológico (UFRB).

Simone Ferreira Diniz

Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em solos e nutrição de plantas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp - Campus de Rio Claro-SP), Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral junto ao Mestrado Acadêmico em Geografia/PNPD/CAPES/UVA-CE. Foi coordenadora do Mestrado Acadêmico em Geografia MAG/UVA-CE. Atualmente é pro-

fessora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú–CE. É pesquisadora do Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC). Desde 2004 integra pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental, assumindo a coordenação de equipes a partir de 2009. Também realiza documentação etnográfica e desenvolve projetos de educação patrimonial, com ênfase na socialização do conhecimento arqueológico e no diálogo com comunidades locais.

Thayss Iloranny Batista Reinaldo

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGeo), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista de Pós-Doutorado da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Edital 09/2023. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins – GEGATO, pela UFT. Integra o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB).

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada dos Cursos de Graduação em Geografia (Bach. /Licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGeo) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará. Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa: Dinâmica Urbana e Regional junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Willian Carboni Viana

Pós-doutorando no Programa de Pós-Doutorado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - Campus Presidente Prudente (FCT/Unesp). Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (PPGG/IFCHS/UFAM). É Doutor em Geografia, na especialidade de Geografia Humana, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP, Portugal), com título reconhecido no Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Arqueologia pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no âmbito do programa europeu *Erasmus Mundus Joint Master Degrees*. Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). É professor no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Câmpus Araguaína. É docente credenciado no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre (MGeo/UFAC). Dedicar-se ao estudo do território como espaço de mediação entre práticas produtivas, dinâmicas socioeconômicas e relações de poder.

O livro *Geografia e suas interfaces: tecnologias, políticas e culturas* reúne estudos que evidenciam a amplitude da ciência geográfica e sua capacidade de dialogar com diferentes campos do conhecimento. Organizada a partir de pesquisas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, a obra apresenta uma coletânea de capítulos que examinam o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões, articulando debates teóricos e análises empíricas sobre paisagem, territorialidades, ruralidades, religião, educação, meio ambiente e gestão territorial. Ao propor interfaces entre tecnologias, políticas e culturas, o livro destaca como a Geografia contribui para compreender transformações sociais, ambientais e simbólicas que marcam o mundo contemporâneo, com atenção especial a realidades amazônicas e do Norte do Brasil. Entre os temas abordados, estão o uso de geotecnologias e drones no planejamento territorial, os sentidos culturais da paisagem, a construção de identidades e representações do espaço, além de questões ligadas à reforma agrária, resíduos sólidos, comunidades ribeirinhas e dinâmicas urbano-rurais. Com perspectiva interdisciplinar e linguagem acadêmica acessível, a obra interessa a estudantes, pesquisadores e profissionais das áreas de Geografia, Ciências Humanas, Planejamento Territorial e Gestão Ambiental. Trata-se de uma contribuição relevante para o entendimento das complexas relações entre sociedade, natureza, técnica e cultura, reafirmando o papel da Geografia na leitura crítica e sensível do espaço.

